

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 28 | Abril 2005



Serra da Estrela / ADRUSE

Em Destaque

Territórios de montanha



ADRUSE
Serra
da Estrela

P 12 Um fim-de-semana na Serra da Estrela

P 4 e 5 Euromontana

P 18 Seminário Euromountains.net

P 20 Queijo Serra da Estrela

Especificidade da montanha exige maior comprometimento

Os territórios de montanha apresentam especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais. Condicionais de ordem geográfica tendem a aumentar o isolamento e contribuem para o êxodo e envelhecimento da população. Transformações nos sistemas de produção dominantes, outrora associados essencialmente à agropecuária e à exploração florestal, colocam a questão da viabilidade e da sustentabilidade dos modelos existentes.

A erosão dos solos, bem como uma urbanização desordenada, associadas às pressões imobiliárias nos núcleos urbanos, uma gestão deficiente do património florestal, a crescente acção destruidora dos fogos, ou uma actividade turística desregulada, constituem os principais riscos ambientais, que só é possível prevenir através de um ordenamento e gestão participados dos territórios e uma visão prospectiva que tenha como principal preocupação a sustentabilidade económica, social e ecológica. A fraca penetração de actividades industriais, e uma economia orientada para a pastorícia e/ou actividades agrícolas e florestais foram factores de preservação constitutivos de um património natural detentor de uma flora e fauna muito ricas.

O investimento na produção de qualidade, de que são exemplo, consoante os territórios, os queijos, o mel, ou o medronho, tem caracterizado muitas iniciativas individuais e colectivas.

A necessidade de instrumentos adaptados às especificidades destes territórios exige um maior comprometimento e a articulação de políticas de emprego, economia, educação e desenvolvimento rural, que deveriam ter eco em disposições associadas à qualificação, a uma gestão racional das florestas e à manutenção e protecção dos espaços verdes, ao desenvolvimento de um turismo ecológico e à criação de emprego, de actividades económicas e de serviços que garantam a qualidade de vida dos que aí vivem.

Para os públicos urbanos os espaços de montanha têm sido objecto de um interesse crescente nos últimos anos: actividades de lazer, de turismo nas suas diferentes vertentes, vêm responder a esta procura.

O turismo constitui um sector com potencial, cuja intervenção deve ser cuidada como sublinha a Equipa PETUR (Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Turismo na Serra da Estrela), da Universidade da Beira Interior: "Avaliar a importância de um projecto pelos milhões de euros que ele envolve, não é garantia, só por si, da eficácia desse projecto: a concentração territorial de altos investimentos leva, ou pode levar, à concentração dos seus efeitos (positivos e negativos), enquanto que pequenos investimentos levados a cabo por um maior número de agentes económicos poderão levar à dispersão dos seus efeitos e, simultaneamente à dispersão dos turistas pelo território, evitando-se assim ultrapassar a capacidade de carga desses territórios e os consequentes impactos ambientais".

Projectos como "Trato@ Bem do Ambiente", fruto de uma parceria alargada, bem como as intervenções integradas apresentadas pela ADRUSE, Dueceira - Eloz, Adelição e In Loco, traduzem o esforço, o investimento, e o acreditar que é possível mudar para melhor, conciliando inovação e mudança, numa preocupação constante em valorizar o património cultural e natural.

Mas duas questões colocadas por actores de desenvolvimento local resumem as preocupações de muitos dos que procuram respostas. Miguel Velez, da In Loco, questiona: "Será que o desaparecimento das gentes e actividades é o futuro para esta e outras regiões como esta no país?"; enquanto Ana Souto, da Dueceira - Eloz, reforça esta preocupação: "Como relembrar a todos quanto a veneram 'como tutelar da sua infância' de que a serra carece de atitudes presentes e quando deixará esta de ser definitivamente uma serra de intenções?".

Preocupações também patentes no território apresentado este mês: a Serra da Estrela. Zona de intervenção da ADRUSE. A beleza da Serra e à qualidade do seu património, opõe-se um processo de lenta desertificação que a esvazia dos seus mais jovens habitantes. A ADRUSE desempenha um papel fundamental num trabalho de animação local, consolidando uma estratégia de intervenção que permita aos habitantes da Serra continuarem uma actividade, com maior qualidade de vida.

Cristina Cavaco

Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa

Tel.: 21 3184419
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *online* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha

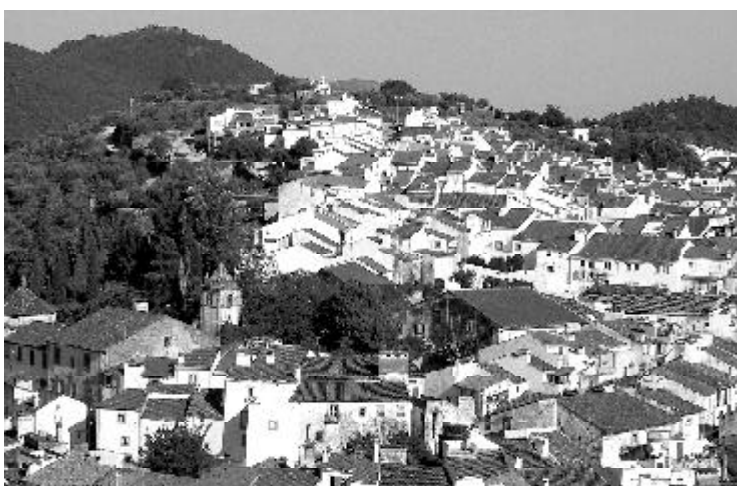
O desenvolvimento das áreas de montanha é um assunto de vital importância que exige uma efectiva protecção da natureza e de espécies animais e vegetais, abandonando a tradicional visão antropocêntrica que tem caracterizado a intervenção do homem nestes espaços. Muitas destas zonas, porque incluem *habitats* naturais e espécies raras de flora e fauna, exigem cuidados especiais com a preservação da paisagem e natureza, de modo a evitar a destruição e degradação de grandes valores naturais, ambientais e patrimoniais. Na verdade, sendo os territórios de montanha uma parte apreciável de Portugal, concentram-se aí uma grande diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, como sejam o ambiente natural, a água, o ar, a fauna, a flora e algumas actividades e serviços desenvolvidos pelo homem tais como, a agricultura de montanha, os produtos locais, o lazer, o turismo, entre outros.

Promover o desenvolvimento sustentável nos territórios de montanha é hoje uma opção fundamental quando se pretende responder às novas necessidades e formas de vida do século XXI pois, cada vez mais, o risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, quer devido às alterações climáticas, quer devido às mudanças sociais e económicas do tempo presente, exigem o desenvolvimento e articulação de políticas várias, baseadas no princípio da sustentabilidade.

As áreas de montanha têm hoje uma vantagem competitiva muito forte e que pode ser reconvertida numa excelente oportunidade. Para além da diversidade da paisagem, da arquitectura, das práticas e conhecimentos tradicionais, há também uma grande variedade nos modos de vida. Promover o desenvolvimento sustentável em torno das áreas de montanha e incentivar o seu uso diversificado é, assim, essencial na medida em que a perda desta herança cultural, social e económica jamais poderá ser reposta. Por isso, se torna relevante criar incentivos e estímulos à indispensável presença e fixação do homem nestas paisagens, reconhecendo que o despovoamento das serras e montes representa um preço muito elevado e tem custos acrescidos para o futuro do planeta.

LEADER incentiva revitalização

O LEADER tem reconhecido, desde sempre, a importância dos territórios de montanha, dada a sua forte ligação ao desenvolvimento das zonas rurais. Nesse sentido, este programa tem apoiado uma série de projectos destinados a incentivar a criação de actividades e negócios úteis à revitalização económica, social e cultural, bem como a valorizar e preservar o património natural e cultural das zonas de montanha, como sejam, a criação de postos de informação ambiental e turística, restauros de antigas casas florestais, aquisição de maquinaria de limpeza de floresta, criação de Ecomuseus e Centros Interpretativos, apoio a empresas de serviços vários como sejam limpeza de caminhos florestais, actividades desportivas e de montanha, turismo aventura, apoio a empresas agro-florestais, reforço da componente organizativa dos baldios, criação de pequenas unidades de transformação de alimentos biológicos, estudos e publicações sobre temas vários, quintas pedagógicas, actividades de ecoturismo, entre muitos outros. Do mesmo modo, têm sido apoiados uma série de eventos para promover e sensibilizar um melhor entendimento acerca da montanha em termos históricos, ecológicos, culturais e económicos e encorajar o desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem.



Castelo de Vide (Serras S. Mamede) / João Lima

Reconhecendo que os protagonistas das políticas de montanha devem ser os seus habitantes e actores locais, importa salientar a necessidade de uma verdadeira articulação entre as diferentes políticas e instrumentos que interferem no desenvolvimento das regiões de montanha, como sejam a política regional, do ambiente, da agricultura e desenvolvimento rural, entre outras. Utilizar da melhor forma os recursos naturais e culturais das áreas de montanha é, mais do que um desafio, uma exigência para a sua reconversão. Na verdade, é fundamental conceber estratégias múltiplas que combatam o despovoamento e êxodo das serras e integrem e protejam as suas funções básicas, como sejam a preservação do ambiente e a protecção da natureza, assim como assegurem a produção da qualidade e segurança alimentar.

A cooperação transnacional, através do Programa LEADER+, é uma oportunidade para estas regiões, quer para proporcionar troca de experiências com outros territórios e actores, como para incentivar a inovação, no que se refere à oferta de produtos e serviços. A sociedade de informação é também uma oportunidade para as regiões de montanha, quer ao nível da melhoria das comunicações, como também para o desenvolvimento do capital humano.

Cada vez mais a viabilidade e o desenvolvimento dos territórios rurais e de montanha dependem, em muito, da qualidade ambiental e da existência de serviços, públicos ou privados, que ajudem a manter povoadas estas zonas. Tirar vantagens acrescidas destas áreas e promover a qualidade de vida e dos produtos nesses territórios são desafios nucleares para a transformação estrutural da sua economia valorizando-se, cada vez mais, as actividades tradicionais e as amenidades rurais.

Maria do Rosário Serafim
Rede Portuguesa LEADER+ /IDRHA

Frank Gaskell, presidente da Euromontana

“Áreas de montanha têm vantagem no mercado global”

Presidente da Euromontana desde 2000, director dos Negócios Estrangeiros na Highlands and Islands Enterprise (HIE), agência de desenvolvimento económico do Governo britânico para o Norte da Escócia, além de membro de vários comités ligados a programas. Um currículo cheio, onde não falta uma experiência como presidente do Comité de Monitorização LEADER II para as Terras Altas da Escócia. Frank Gaskell defende as vantagens dos territórios de montanha no mercado global, destacando a importância dos produtos de qualidade e das externalidades.

Como enquadra institucionalmente a Euromontana no quadro da União Europeia (UE)?

Consideramos que a Euromontana desempenha um papel valioso no seio das instituições europeias. O último Livro Branco da Comissão Europeia sobre a Governança destaca a importância da “sociedade civil” para o desenvolvimento de uma União Europeia eficiente. Várias instituições – autoridades regionais, associações de empregadores – afirmam, partindo de diversas justificações, o papel dos representantes da sociedade civil. A natureza multi-sectorial da rede Euromontana, que integra agências de desenvolvimento e de ambiente, autoridades regionais, organizações de agricultores, e institutos técnicos, torna-a uma combinação única de sectores, cada um destes representando uma faceta da sociedade civil. De um ponto de vista prático, a Euromontana assume a responsabilidade de agir de forma vigorosa e prudente em nome da população que habita as áreas de montanha na UE e que, de outra forma, não teriam advogado ao longo do processo político em Bruxelas.

Várias vezes aborda a questão da importância dos produtos de qualidade. Pensa que este critério pode abrir uma janela de oportunidades para o desenvolvimento das regiões de montanha? De que forma?

Possivelmente, num mercado crescentemente globalizado, não existe alternativa para toda a Europa a não ser investir na qualidade. Nenhuma zona geográfica da Europa pode competir com a China e a Índia, por exemplo, com base no preço, em termos de produção massificada de produtos padrão. Felizmente, para nós, as zonas de montanha têm uma vantagem real no mercado global, no sentido em que revestem a marca de produtos de montanha – baseado na autenticidade e pureza. O desafio é estruturar um enquadramento no qual as áreas de montanha podem reagir de forma dinâmica a estas oportunidades. Por isso estamos hoje a promover uma carta para os produtos locais de montanha, capaz de estruturar uma definição e alguns parâmetros básicos a atingir. Os cinco princípios propostos na carta são: as matérias-primas têm que ter origem em regiões de montanha; a transformação tem que decorrer em regiões de montanha; a produção deve ter em consideração preocupações locais relacionadas com o desenvolvimento sustentável; a produção deve contribuir para manter a biodiversidade e património das regiões de montanha; e a produção deve ser capaz de garantir, em todos os momentos, a transparência de informação para os consumidores. A carta é o maior desafio operacional da Euromontana e estamos determinados a fazer com que se torne realidade para beneficiar o desenvolvimento sustentável das regiões de montanha.

V Convenção Europeia de Regiões de Montanha.

Com o apoio da Euromontana e em parceria com várias outras instituições, a ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega irá organizar em Chaves no final de 2006, a V Convenção Europeia de Regiões de Montanha. Esperando-se que venha a ser bastante participado - à semelhança dos anteriores, este evento poderá vir a ser um contributo importante para a promoção e dinamização de uma nova imagem das regiões de montanha de toda a Europa. No caso de Portugal, a ADRAT conta com esta iniciativa para acionar um processo de valorização e certificação das especificidades destas regiões.

De que forma pensa que a utilização de novas tecnologias pode contribuir para o desenvolvimento das populações em áreas de montanha?

As novas tecnologias entendidas aqui como Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) inserem duas dificuldades. Em primeiro lugar, temos que desafiar alguns actores políticos que parecem pensar que o advento das TIC eliminou a variável distância. Para muitos destes actores políticos as TIC em conjunto com o desenvolvimento do turismo rural constituem a solução perfeita para as dificuldades das regiões de montanha. Esta perspectiva confunde o potencial das tecnologias com o seu desempenho real. Em teoria, as TIC podem significar que operadores das indústrias mais desenvolvidas e bem remuneradas podem deslocar-se para territórios de montanha, que oferecem uma boa qualidade de vida e, graças às TIC, funcionam de forma tão eficiente quanto os grandes centros urbanos. Todavia, a investigação e experiência demonstram que, frequentemente, estes peritos preferem operar nos centros urbanos onde se encontram mais próximos dos seus pares e pólos de inovação, de acordo com as respectivas áreas. Em segundo lugar, muitos actores políticos confiam na oportunidade de comercializar produtos de montanha através de *e-commerce* (comércio electrónico), mas se o produto tiver peso e tamanho – não for um serviço –, a realidade da sua condição física influenciará a noção de distância. A distribuição dos produtos de montanha será sempre mais dispendiosa do que a distribuição de produtos com origens próximas de aglomerados urbanos.

No entanto, as TIC contribuem para atenuar os problemas dos territórios de montanha. Temos que lutar para garantir que, à medida que as novas tecnologias se desenvolvem, os nossos territórios se encontrem ‘ligados’ em rede com a mesma intensidade que os seus primos urbanos. Não é suficiente para os territórios de montanha estarem ‘ligados’ em rede. As novas indústrias localizadas em territórios de montanha precisam de saber que, à medida que as novas tecnologias se encontram disponíveis, estas indústrias não se encontram em situação de desvantagem. Se o mercado não garantir a ligação ou se não responder num período temporal adequado, a solução poder ter que passar por uma intervenção pública para estruturar as ligações em rede. Aqui, temos que trabalhar intensamente com a Direcção Geral da Competição (Comissão Europeia) para garantir uma maior flexibilidade nas regras de apoio governamentais que hoje ainda restringem, em parte, a assistência pública aos serviços de TIC em territórios vulneráveis.

O recente alargamento da UE trouxe alterações significativas na relação de forças e afirmação das regiões de montanha a nível europeu?

Os novos Estados-membros e países candidatos como a Roménia e Bulgária, juntos, contribuem para alargar substancialmente o total da população de montanha na UE, aumentando-a de 67 para 98 milhões. Muitos dos territórios de montanha dos novos Estados-membros encontram-se ainda pouco desenvolvidos. Em parte, também devido a essa

“A Euromontana está determinada a assumir o desafio de sensibilizar a opinião pública para o valor crítico destes benefícios públicos (externalidades positivas) e para a necessidade de recompensar agricultores e silvicultores”

realidade, são donos de uma elevada qualidade natural e património cultural. É vital que esta riqueza cultural – artesanato e produtos –, que representa, a longo prazo, recursos reais da UE, não seja desperdiçada à medida que os novos Estados-membros lutam para potencializar o crescimento económico pela concentração dos processos de desenvolvimento em centros urbanos.

Refere que “devemos estar preparados para pagar a conservação de externalidades positivas” (bens públicos resultado da actividade agrícola: protecção da biodiversidade, prevenção da erosão). De que forma julga poder ser aplicada esta medida?

É um facto, passível de demonstração, que as actividades de gestão da terra, em particular em territórios de montanha – predominantemente associados à agricultura – produzem mais do que animais, colheitas e árvores. Produzem externalidades positivas, nomeadamente, gestão da paisagem, diversidade de ecossistemas, prevenção de avalanches, manutenção de cursos de água e, mais indirectamente, a sobrevivência de aglomerados nas montanhas, da sua cultura e artesanato. Medidas agro-ambientais de forma isolada não constituem uma compensação suficiente para os benefícios reais que enumerámos. A Euromontana está determinada a assumir o desafio de sensibilizar a opinião pública para o valor crítico destes benefícios públicos e para a necessidade de recompensar agricultores e silvicultores. Neste sentido, foi desenvolvido um trabalho complexo de medição e avaliação destas externalidades. A Euromontana gostaria de trabalhar no sentido de uma metodologia mais alargada e operacional, capaz de ser implementada antes que os pequenos agricultores de montanha tenham que abandonar as suas terras e os seus modos de subsistência.

Euromontana

A Euromontana é uma associação europeia para a cooperação entre territórios de montanha, que actua com vista à promoção dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais em territórios de montanha.

Na génese desta associação está a Confederação Europeia de Agricultura (CEA). No ano de 1974, a CEA montou um grupo de trabalho permanente para “questões sócio-económicas em regiões de montanha”, chamado “Euromontana”. O grupo compreendia representantes da agricultura dos países dos Alpes e Pirinéus, e organizava encontros de dois em dois anos.

Passados 20 anos, a Euromontana estabelece novas relações com países da Europa Central e de Leste, e inclui representantes de outros sectores que não apenas a agricultura, como o desenvolvimento rural e ambiente. Medidas que vão alterar a estrutura do grupo de trabalho.

Em 1995, Cracóvia (Polónia) recebe a primeira conferência da Euromontana realizada em países de Leste, e o encontro foi tão bem sucedido que a Euromontana decide tornar-se um entidade legal. Com esse objectivo, os representantes de 14 países e regiões europeias (Albânia, Bulgária, Escócia, País Basco espanhol, França, Grécia, Itália, Macedónia, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Suíça e República Checa), reunidos em Roma, a 4 de Março de 1996, declaram-se membros fundadores da associação.

Na actualidade, a Euromontana representa 45 organizações de 16 países, e contempla organizações de montanha regionais e nacionais: organizações sócio-profissionais, em particular agrícolas, ambientais e agências de desenvolvimento, associações, autoridades dos territórios, e institutos de investigação, empenhados na defesa de um desenvolvimento rural global e sustentável, indissociável de um desenvolvimento agrícola dessas regiões.



As regiões de montanha foram incluídas no 2º Relatório Europeu sobre a Coesão como um campo prioritário de intervenção da política regional da UE. Que perspectivas se equacionam nas negociações do próximo Quadro Comunitário para as regiões de montanha?

A Euromontana sauda o reconhecimento das regiões de montanha pela Comissão Europeia no quadro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, onde se sugere o aumento dos níveis de intervenção nas montanhas e outras regiões vulneráveis. Estes esforços são, no entanto, insuficientes. Se às áreas de montanha não forem proporcionados volumes extra de recursos, estes territórios desenvolverão menos projectos. O que precisamos é de um reconhecimento paralelo das regiões de montanha na fórmula que a Comissão tem que negociar com os Estados-membros em relação às regras internas que têm que ser observadas na distribuição de fundos europeus. Estamos a preparar representações neste domínio.

Como enquadra a participação de Portugal na Euromontana?

Portugal é um país significativamente montanhoso em relação aos padrões da UE. As montanhas constituem uma grande percentagem da sua área, e os habitantes destas regiões uma grande percentagem da população nacional, em relação, por exemplo, a países como a França. No entanto, Portugal assumiu, até há pouco tempo, um papel relativamente passivo no debate sobre a política de montanha na Europa. São extremamente valiosos os projectos que estão a avançar no sentido da organização da V Convenção Europeia sobre Montanha, que decorrerá em Portugal em 2006. Este encontro posicionará Portugal no mapa europeu da montanha e contribuirá para garantir a sensibilização de um grande leque de profissionais da montanha de toda a Europa para o potencial deste país como um parceiro na promoção e debate sobre a montanha.

Entrevista realizada por e-mail
Por **Francisco Botelho** e **João Limão**
com apoio da **ADRAT**
Tradução de **Mónica Costa**

Beira Serra trata bem das suas serras

A Região da Beira Serra, que integra os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua é, pelas suas condições geomorfológicas e climáticas, fundamentalmente um território de montanha.

Tal condição, mais que constituir um entrave, tem sido trabalhada de forma a dar lugar a várias oportunidades, motivo pelo qual o Plano de Desenvolvimento Local (PDL), em implementação pela ADIBER - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra e seus parceiros territoriais, se centra, em grande medida, na valorização e potenciação destas áreas de montanha – transformando potencialidades em produtos, e estes em mais-valias ao nível económico e da empregabilidade. Para além da água, temos na floresta (fauna e flora) e paisagem, motivos mais do que suficientes para estimular a montagem de um projecto que permita a sua preservação e valorização integrada, mobilizando os vários actores do território e apostando no princípio da subsidiariedade.

Surgiu assim o projecto “Trato® Bem do Ambiente / Beira Serra Trata Bem do Ambiente” que envolveu numa vasta parceria 36 juntas de freguesia dos quatro municípios da região, e as respectivas câmaras municipais, para mais tarde ser alargada a outros organismos públicos, no caso o Instituto da Conservação da Natureza (ICN).

Apoio do âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, o projecto resulta de uma parceria construída de forma ascendente e participada a partir do Conselho de Parceiros da Beira Serra (órgão de acompanhamento do Programa na região), em 2003. A sua implementação permitiu adquirir equipamentos de limpeza e preservação ambiental: tractores, tractocarros 4x4, limpa bermas/corta sebes, motosserras e outros equipamentos de apoio acopláveis, bem como equipamento pessoal de higiene e segurança no trabalho, destinados ao uso em acções de limpeza e conservação da paisagem serrana da Beira Serra: aglomerações urbanas, aldeias de montanha, caminhos rurais e florestais, percursos pedestres, espaços de lazer, parques e miradouros, linhas de água, ou limpeza e recolha de resíduos florestais.

Faces de sucesso do projecto

Do “Trato® Bem do Ambiente”, através do qual foi estimulada a constituição de agrupamentos informais de freguesias para um melhor aproveitamento dos meios do projecto resultou, no concelho de Arganil, uma Associação de Freguesias que congrega sete freguesias em plena Serra do Açor. Uma das faces do sucesso deste projecto que se evidencia pela constituição de uma parceria formal e legalmente assumida na forma de Associação de Freguesias, o que permitiu aos aderentes ganhar escala e gerar sinergias através do número e tipo de equipamentos que lhes foram proporcionados (dois tractores equipados, dois limpa bermas/corta sebes e todo o outro equipamento).

Outros sinais de sucesso da iniciativa identificam-se também pela capacidade de criação e consolidação de 16 postos de trabalho criados em freguesias de montanha.

Dada a capacidade de intervenção e peso territorial/institucional da associação foi possível negociar um protocolo de prestação de serviços com o ICN para limpeza, preservação e vigilância da área de Paisagem Protegida da Serra do Açor / Mata da Margaraça.

Também com este projecto as acções de prevenção de incêndios florestais realizadas ao longo do ano (especialmente no período Inverno - Primavera) foram concretizadas de forma demonstrativa no terreno e colocadas na primeira linha da agenda pública da região.



Por fim, pela oportunidade de demonstrar que associado à preservação do ambiente e dos recursos da montanha é possível criar emprego sustentável e combater a exclusão social; e pelo efeito multiplicador da mensagem associada ao Projecto: Tratar o Ambiente – depois desta, outras iniciativas surgiram.

Para além dos resultados materiais imediatos, o mais importante deste projecto foi demonstrar de forma prática que é possível que organismos que não têm hábitos de cooperação para os mesmos fins (muitas vezes até assumem posturas concorrentes), e que não dispunham de meios próprios, podem agora colaborar mutuamente, defendendo interesses comuns e complementares, ultrapassando rivalidades territoriais, permitindo em regime de subsidiariedade e co-responsabilização colocar-se na primeira linha das respostas às pessoas e ao território, defendendo-o e preservando-o.

Queremos cuidar do nosso património natural porque entendemos que os territórios de montanha são as reservas estratégicas do nosso futuro colectivo, porque acreditamos que somos um território com montanhas de oportunidades que urge rentabilizar.

José Francisco Rolo e Miguel Ventura
ADIBER

O turismo nos territórios de montanha

As zonas de montanha, quer pelas suas condições naturais e físicas, quer pelas débeis estruturas económicas e fracos rendimentos a elas muitas vezes associadas, têm vindo a sofrer um declínio demográfico, ainda mais agravado nas zonas interiores. Esta tendência para a desertificação humana e para a desarticulação dos sistemas produtivos tradicionais (basicamente actividades agro-pecuárias), acabam por comprometer não só a manutenção das populações ainda residentes, como também a preservação do património natural e cultural.

No entanto, apesar de tais debilidades, ou por causa delas, o valor ambiental das zonas de montanha é actualmente um factor de excepcional relevância, não só pela necessidade de preservar o património natural e a diversidade cultural (elementos integrantes da qualidade de vida de todos nós), como também pela necessidade de fixar as populações, seja através de incentivos à actividade agrícola, seja através da diversificação da base económica.

Uma das actividades que pode contribuir para a diversificação da base económica dessas regiões é o turismo. Mas a vocação destes espaços de montanha para o lazer e para o turismo, se por um lado pode contribuir para a preservação e valorização dos recursos, por outro pode levar igualmente à degradação da paisagem, nomeadamente se tais espaços não comportarem, pelas suas próprias características naturais e físicas, um número elevado de pessoas. E tenha-se em atenção que a exploração das áreas mais isoladas por parte dos visitantes, na busca da Natureza, da paisagem e da aventura ganha cada vez maior expressão. Se é certo que os consumidores das sociedades desenvolvidas procuram cada vez mais o contacto com a Natureza e com o ar puro em locais fora do ambiente onde vivem, porque este está degradado ou em vias disso, a verdade é que se verifica uma tendência crescente para os actuais viajantes procurarem novas experiências, mais autênticas e também mais amigas do ambiente. Por outras palavras, um turismo sustentado.

Vantagens do turismo sustentável

No texto "Sustainable Tourism Spring Report 2003 Totem Tourism Marketing", disponível *online* em <http://www.totemtourismmarketing.org>, Valere Tjolle, Shaun Mann e David Siddall enumeram uma série de vantagens do turismo sustentável: os projectos associados ao turismo sustentável são normalmente de pequena escala, e portanto mais flexíveis do que os projectos do turismo de massas, que exigem pesadas infra-estruturas; o turismo sustentável, ao ser partilhado por um número alargado de actores locais, assenta na comunidade e no envolvimento das populações locais; o turismo internacional (massificado) tende a ser mais afectado pela insegurança global e/ou pelas retracções económicas, enquanto os projectos de turismo sustentado podem mais facilmente focalizar-se nos micro-mercados locais ou regionais; os projectos de turismo sustentado têm normalmente objectivos de longo prazo pelo que são mais resistentes a retracções de curto/médio prazo do que os projectos do turismo de massas cujo horizonte é normalmente o curto prazo; o desenvolvimento económico imediato não é o principal objectivo de qualquer projecto de turismo sustentável, havendo outros objectivos importantes, que incluem projectos baseados na educação, na consciencialização, nas oportunidades e no desenvolvimento económico a longo prazo; e na actual estrutura vertical do mercado, as instituições ligadas ao turismo (hotéis, restaurantes, atracções turísticas diversas) dependem basicamente dos operadores turísticos para acederem à sua clientela, dado que o turismo sustentável dá a oportunidade aos actores locais de criarem a sua própria independência.

Estudos efectuados permitiram chegar à conclusão de que os produtos turísticos com elevado nível de qualidade ambiental reflectem uma crescente sofisticação de gostos por parte de consumidores com elevado grau de educação e alto poder de compra e dispostos a gastar o seu rendimento disponível para comprar exactamente o que querem. Perante os elevados padrões de qualidade exigidos, parece razoável concluir-se que o preço não é a variável determinante na decisão de compra deste tipo de turista, pelo que determinados locais ou destinos turísticos com qualidade ambiental reconhecida pelos turistas que os frequentam, dificilmente serão substituídos por outros locais ou destinos mais baratos, mesmo se os preços aumentarem. Nesta perspectiva, um aumento dos preços não produzirá efeitos significativos na procura de locais com reconhecida qualidade ambiental. Pode concluir-se que a vantagem competitiva assente nos baixos custos (turismo de massas) está a dar lugar a estratégias de diferenciação face à concorrência; ou seja, vantagens competitivas assentes na diferenciação. A quantidade (turismo de massas) está a dar lugar à qualidade (turismo sustentável ou turismo alternativo) da oferta de produtos e serviços turísticos. Por isso, os territórios, nomeadamente os territórios de montanha que pretendam posicionar-se num segmento de mercado turístico que valoriza a qualidade ambiental, devem ser cuidadosos e exigentes quanto aos investimentos turísticos que acolhem e quanto aos critérios de avaliação desses projectos. Por um lado, avaliar a importância de um projecto pelos milhões de euros que ele envolve, não é garantia, só por si, da eficácia desse projecto: a concentração territorial de altos investimentos leva, ou pode levar, à concentração dos seus efeitos (positivos e negativos), enquanto que pequenos investimentos levados a cabo por um maior número de agentes económicos poderão levar à dispersão dos seus efeitos e, simultaneamente à dispersão dos turistas pelo território, evitando-se assim ultrapassar a capacidade de carga desses territórios e os consequentes impactos ambientais. Por outro lado, se o território aposta na diferenciação como estratégia de desenvolvimento do turismo, então não faz sentido que determinados investimentos se copiem e se reproduzam indiscriminadamente, para além de se poder comprometer a viabilidade económica desses investimentos. A diferenciação apela à criatividade e não à imitação; ou, no mínimo, à "imitação criativa".

A Equipa PETUR

Plano Estratégico de Turismo da Serra da Estrela / Universidade da Beira Interior



Unibares/Fernando Ribeiro

A montanha

Existem muitas formas de definir montanha, por exemplo com base no relevo, nos sistemas de aproveitamento dos recursos naturais ou no coberto vegetal. A montanha, se definida com base na curva de nível dos 700 m, ocupa cerca de 11 por cento da superfície emersa de Portugal continental, com quase 10 mil km², e está concentrada no Norte e Centro do país – representa 40 por cento da superfície de Trás-os-Montes – ao longo do eixo de culminação ibérico, atingindo 1993 m na Torre (Serra da Estrela). Ao invés dos grandes sistemas montanhosos europeus, as montanhas têm em Portugal uma altitude pouco elevada e uma fisiografia dominada por superfícies planálticas; os grandes declives ou são escarpas de falha ou resultam do encaixe de linhas de água.

Os biótopos de montanha são, por natureza, desfavoráveis ao crescimento vegetal, conseqüentemente, são espaços de baixa produtividade primária, pouco propícios à acumulação de biomassa e, por essa via, às actividades agrárias. No entanto, existem evidências de que a agricultura pré-capitalista e pré-mecanização tinha uma elevada capacidade de reprodução social na montanha por causa da diversidade – e complementaridade de uso – dos ecossistemas naturais e semi-naturais e das restrições tecnológicas vigentes ao uso dos espaços de montanha.

No século XX, ao contrário do que aconteceu na montanha, as restrições tecnológicas ao uso das terras baixas – mediterraneidade, pequenos declives, solos de textura fina, encharcamento dos solos, pobreza em nutrientes ou escassez de baldios cuja fertilidade pudesse ser desviada para as áreas agrícolas – foram substancialmente reduzidas com os produtos tecnológicos da revolução industrial – grandes obras energeticamente dispendiosas de regadio, enxugo e drenagem, máquinas pesadas de mobilização, sementeira e colheita, fertilizantes, pesticidas. Numa complexa cadeia causal, as restrições naturais à produtividade vegetal, a escassez de inovações tecnológicas apropriadas, as acessibilidades difíceis, o reduzido retorno em energia do investimento em trabalho e os baixos valores de mercado de muitos dos produtos da montanha explicam a tardia integração mercantil na história recente da montanha em Portugal. A mesma cadeia causal acaba também por explicar a intensidade dos fluxos migratórios ocorridos desde os finais do século XIX, o actual despovoamento e o intenso processo de abandono em curso. Pese embora a redução do uso agrícola, pastoril e florestal da montanha, os “habitantes das terras baixas” demonstram grande interesse por alguns dos *outputs* dos sistemas de aproveitamento dos recursos naturais de montanha, como carnes, queijos, enchidos ou castanha. Esta apetência estará correlacionada com a originalidade e genuinidade dos produtos e com a ideia, genericamente correcta, de que factores externos de produção como os adubos e os pesticidas são usados com pouca intensidade na montanha. Por outro lado, além dos produtos com valor económico, os ecossistemas de montanha desempenham serviços não valorizados pelo mercado, fundamentais para as populações humanas. Entre outros, as montanhas fornecem, à escala nacional, importantes serviços de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade, informação estética, informação artística e cultural e educação e ciência.

O êxodo rural e a contracção das actividades agrárias estão a modificar radicalmente os tipos e padrões de uso da montanha e a sua paisagem, a uma velocidade nunca antes igualada. As tendências actuais mais evidentes nos tipos de uso da montanha são a concentração da superfície agrícola útil em torno dos povoados e um enorme incremento da área de ocupação dos incultos. Conseqüentemente, o produto agrícola bruto da montanha está em regressão e as áreas libertadas pela agricultura, submetidas a uma pastorícia cada vez mais extensiva, estão sujeitas a fogos cíclicos de severidade crescente. Deste modo, a contracção das actividades agrárias em vez de ser uma oportunidade para corrigir algumas das distorções de uso do passado – cultivo de cereais em grandes declives e pastorícia de percurso com fogo – está a arrastar consigo um enorme custo de oportunidade económico e ecológico porque a montanha poderia, e deveria, produzir mais riqueza e os seus ecossistemas fornecer mais e melhores serviços ao homem.

A investigação científica e as políticas agrárias na montanha foram desde sempre desenvolvidas em cenários de crescimento populacional e de intensificação dos sistemas de aproveitamento dos recursos naturais. Os actuais cenários de curto-médio prazo são radicalmente diferentes – tudo indica que o abandono agrícola vai continuar – e, por outro lado, como se referiu, a montanha pode e deve, de forma sustentada, produzir mais riqueza. Foi com estas convicções que em 2003 foi criado, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito da Escola Agrária de Bragança, e à semelhança do que acontece em muitos outros países da Europa, o CIMO – Centro de Investigação da Montanha.

Objectivos do CIMO

Os objectivos gerais de investigação do CIMO são, numa perspectiva multidisciplinar o estudo e preservação dos ecossistemas naturais e semi-naturais de montanha, o desenvolvimento de sistemas de agricultura sustentáveis, a tipificação e promoção dos produtos da montanha e o estudo de sistemas sociais. A I&D produzida no CIMO pode ser repartida em quatro grandes linhas: biodiversidade e ecologia, planeamento e sistemas sociais, agroecossistemas e qualidade e segurança alimentar.

A linha de investigação “biodiversidade e ecologia” contempla estudos de ecologia alimentar de cervídeos, a tipologia de ecossistemas aquáticos, os efeitos dos repovoamentos de trutas, o manejo de populações de animais com interesse cinegético, a avaliação de bioactividade de cogumelos silvestres, a gestão da vegetação natural e semi-natural e estudos de flora e vegetação.

No domínio do “planeamento e sistemas sociais” os principais temas de investigação são a economia da terra, o planeamento rural, a análise sociológica dos actores do mundo rural, a economia das organizações de crédito agrícola e a dinâmica territorial de cidades de média dimensão,

Ao nível dos “agroecossistemas”, a investigação incide na olivicultura, arboricultura e viticultura, pastagens e culturas arvenses, castanheiro, produção animal e silvicultura, contemplando vertentes como protecção integrada, colheita mecânica, nutrição e fertilização, manutenção da superfície do solo e estudos de mercado em diversas culturas; caracterização molecular e identificação de espécies de *Phytophthora*; estudos de campo de clones de castanheiros tolerantes às *Phytophthora*; detecção remota da doença da tinta; avaliação e gestão dos recursos genéticos da raça Mirandesa; modo de produção biológico em bovinicultura; patologia da varroa; sistemas mistos de produção florestal; manejo de povoamentos florestais de espécies caducifólias.

Por fim, a linha “qualidade e segurança alimentar” incide nos produtos da colmeia, vinho, azeite, produtos cárnicos e queijo. Entre outros temas específicos de investigação, engloba a caracterização, tipificação e valorização do mel e subprodutos da colmeia, o efeito dos pesticidas na qualidade e segurança alimentar dos vinhos, o manejo do olival com objectivos de promoção da qualidade do azeite, a identificação do momento óptimo de abate de ovinos com base em técnicas de ultrasons, o controlo sanitário de linhas de produção de queijos DOP e o desenvolvimento de técnicas analíticas de verificação de autenticidade de queijos DOP.

Dionísio Afonso Gonçalves

Coordenador do CIMO – Centro de Investigação da Montanha,
Escola Superior Agrária de Bragança



Serra da Estrela / Francisco Botelho



Foto: Gabinete do Zêzere (Manteigas) / ADRUSE

Serra da Estrela

Serra da Estrela. Território de grande montanha, classificado como Parque Natural em 1976. Vasto maciço granítico onde nascem os rios Mondego e Zêzere, a Estrela alberga também o maior vale glaciário em “U” aberto da Europa. Apesar da beleza da Serra quando o coberto vegetal floresce em plena Primavera, a neve continua a ser o principal atractivo da Estrela.

Envolvendo o ponto mais alto do território continental, a Zona de Intervenção (ZI) da ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, considerada no âmbito do Programa LEADER+, é um território de montanha por excelência.

Uma área de 1 237 km² repartida por 93 freguesias pertencentes a cinco concelhos - Celorico da Beira (22), Fornos de Algodres (16), Gouveia (22), Manteigas (4) e Seia (29) - do distrito da Guarda, agrupados em termos da nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) na Serra da Estrela e Beira Interior Norte.

Com 436 km², Seia é o maior concelho em área. Seguem-se Gouveia (301 km²) e Celorico da Beira (247 km²). Com 122 km², Manteigas é aquele que apresenta uma área menor, atrás de Fornos de Algodres (131 km²).

A Noroeste da Serra da Estrela, apenas a 25 km do cume da montanha mais alta de Portugal continental, que culmina a 1 993 m de altitude, e com a aldeia mais alta de Portugal - o Sabugueiro, a 1 150 m de altitude - poder-se-á dizer que Seia ganha em altitude. Contudo, a irregularidade do relevo da ZI da ADRUSE surge evidenciada pela diferença entre as cotas mínima e máxima observadas em cada um dos cinco concelhos.

Entre os 1 993 m de altitude registados na Torre e os 175 m a que está situada a freguesia de Paranhos da Beira, Seia ilustra bem esta realidade. Tal como Fornos de Algodres, onde as altitudes variam entre os 310 m (foz do ribeiro da Canharda) e os 916 m (Serra do Pisco, freguesia de Queiriz). Na vertente Norte da Serra da Estrela, Gouveia detém um dos pontos mais altos (e admirados) do território: a Cabeça do Velho; um monólito granítico a 1 300 m de altitude. Atravessado pelo rio Mondego, Celorico da Beira apresenta uma zona plana com altitude máxima de 721 m no lugar da Cabeça

Grande. Para Sul, as altitudes variam entre os 1 200 m e os 1 400, sendo Prados a freguesia mais alta do concelho. Situado a 850 m de altitude, dominando o vale do Mondego, o castelo de Linhares é referido como um bom ponto para tirar partido dos encantos da paisagem de montanha, a 700 m de altitude, Manteigas é uma típica povoação de montanha, que se orgulha de possuir o Observatório Meteorológico mais alto de Portugal, nas Penhas Douradas. Ao nível da demografia Seia volta a ganhar. De acordo com os resultados dos Censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística (INE), Seia conta com 28 144 habitantes. Gouveia 16 122, Celorico da Beira 8 875, Fornos de Algodres 5 629 e Manteigas 4 094. No total, a ZI da ADRUSE conta com uma população residente de 62 864 habitantes, que se traduz numa densidade populacional de 50,88 habitantes por km². Números que indicam um decréscimo populacional de 4 508 indivíduos em relação a 1991. As maiores quebras registam-se nos concelhos de Fornos de Algodres (-10,2 %), Manteigas (-8,1 %) Gouveia (-7,4 %) e Seia (-7,3 %). No mesmo período, Celorico da Beira manteve os seus 8 875 habitantes. O segmento populacional dos “0 a 14 anos” é aquele onde se verifica um decréscimo de população mais acentuado, com os concelhos de Seia, Gouveia e Manteigas a ultrapassarem a barreira dos 30 pontos percentuais negativos, não longe dos restantes. À excepção de Fornos de Algodres, todos os concelhos seguem a lógica inversa na classe de idades com “65 ou mais anos”, com Gouveia a registar o valor mais significativo (13,7 %).

À semelhança de outras zonas do país, a distribuição da população não é homogénea no território, verificando-se uma grande concentração nas sedes de concelho, e a maioria das freguesias a contabilizar menos de 1 000 habitantes. A discrepância é visível nos concelhos de Celorico da Beira e Fornos de Algodres. No conjunto das 93 freguesias, somente Gouveia (São Pedro) e Vila Nova de Tazem, ambas do concelho de Gouveia, e São Romão e Seia (concelho de Seia) contam com mais de 2 000 habitantes. Com 6 928 habitantes, Seia destaca-se das restantes freguesias.

De acordo com o coordenador do GAL (Grupo de Acção Local) da ADRUSE, João Paulo Agra, “as únicas freguesias que não registam descida de população são as sedes de concelho”. A par da desertificação, a ZI da ADRUSE apresenta números preocupantes no que concerne ao índice de envelhecimento, taxa de natalidade e níveis de formação e qualificação da população activa. “A taxa de envelhecimento superior à média nacional, a baixa taxa de natalidade (abaixo da média nacional) e os índices de escolaridade da população activa

baixíssimos, deixam-nos muito preocupados”, atesta o coordenador do GAL. Nos últimos anos, os rudes golpes que as actividades tradicionais sofreram, como o pastoreio, a agricultura de montanha e os têxteis, também são responsáveis pela desertificação de muitas aldeias, sobretudo as de maior cariz rural. Por falta de mão-de-obra ou de competitividade, o número de explorações abandonadas não pára de aumentar.

Mas não é só na agricultura que a população activa tem vindo a decrescer. Num território onde se trabalha a lã há 800 anos, o sector secundário também tem vindo a perder importância, devido ao declínio da indústria têxtil nos últimos anos.

A distribuição da população por sectores de actividade manifesta-se de modo irregular pelos diversos concelhos, ressalva João Paulo Agra. “Temos realidades bastante diferentes de concelho para concelho. Em Fornos de Algodres e Celorico da Beira, a agricultura ainda é a actividade predominante”, enquanto que em Gouveia, Manteigas e Seia a indústria continua a assumir maior importância. Ao mesmo tempo que o sector têxtil perde importância, a construção civil encontra-se em pleno crescimento, ocupando actualmente cerca de 15 por cento da população activa. “Um peso acima da média nacional”, sublinha João Paulo Agra.

Comércio e hotelaria em expansão

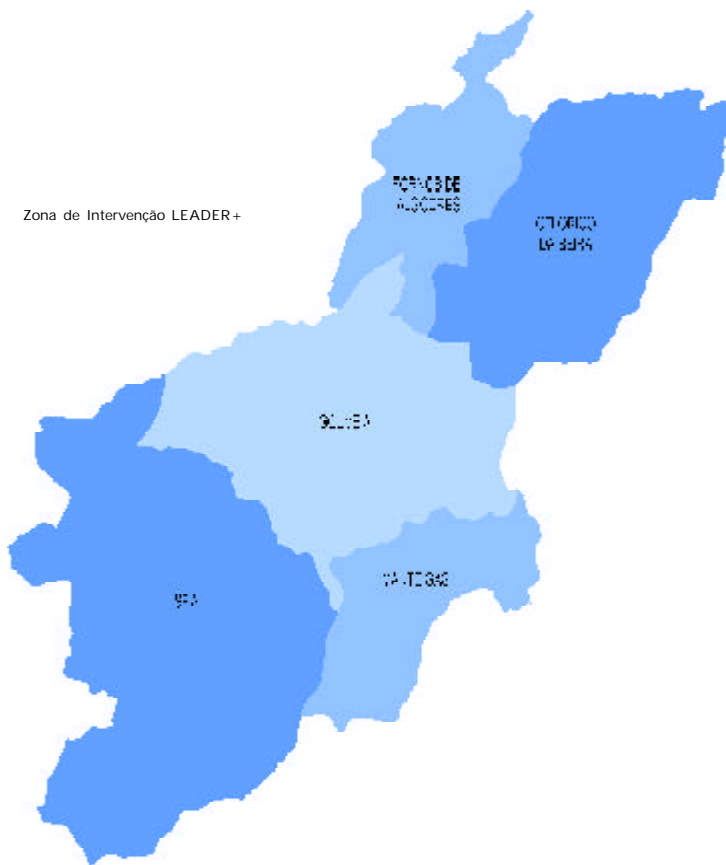
Ainda no capítulo da economia, referência obrigatória para o turismo. Após o declínio dos têxteis, o território virou-se para os serviços e para o turismo. Em quase todos os concelhos a actividade comercial e hotelaria mostram grande expansão, tendo subido de três para seis por cento o peso desta actividade ao nível do emprego.

Melhorar a imagem da Serra da Estrela como destino turístico, valorizando os recursos locais e os saber-fazer tradicionais, tem sido a estratégia de intervenção da Adruse na última década. As diferenças são substanciais, ressalva João Paulo Agra. “Há 10 anos só tínhamos a neve; hoje, temos um conjunto de atractivos enorme!” Assumido o turismo como “uma grande oportunidade”, João Paulo Agra defende que “o essencial é fazer a ligação do turismo aos outros sectores.” Um trabalho que tem sido feito e que começa a dar frutos, com uma série de empresas de animação e outras estruturas que já permitem falar de turismo, sem nos limitarmos ao alojamento. A baixa taxa média de permanência do turista na Serra da Estrela (dia e meio) é, segundo João Paulo Agra, uma das fragilidades do turismo na região, embora “comecem a existir condições para alterar a situação”. A nível de acessibilidades, “a situação desigual da ZI da Adruse” em relação ao outro lado da Serra, onde a A 23 passa ao lado, também influi no desenvolvimento do turismo na região, defende o coordenador do GAL, que acrescenta que “mesmo quando for feita a A 25, esta via vai passar a cerca de 20 km da Serra”.

Criado em 1976, o Parque Natural da Serra da Estrela é, sem dúvida, uma importante mais-valia deste território. Três dos cinco concelhos estão totalmente integrados neste importante espaço protegido (Manteigas, Gouveia e Seia), enquanto Celorico da Beira está parcialmente incluído.

A par do património ambiental, a totalidade dos concelhos apresenta uma enorme herança cultural. Além do vasto património histórico e arquitectónico, importa destacar o património arqueológico presente em praticamente todos os concelhos. O Dólmen de Corgas de Matança e o Castro de Santiago

Zona de Intervenção LEADER+



(em Fornos de Algodres), e Dólmen da Pedra da Orca (Gouveia) são os mais referidos nos roteiros turísticos. A Aldeia Histórica de Linhares é outra referência obrigatória, além de ser considerada a capital do parapente. A existência de condições para a prática de desportos de ar livre sobressai ainda a nível do montanhismo e escalada, para não falar dos desportos de neve, uma vez que a Serra da Estrela é o único local do território nacional para a sua prática. O termalismo surge em alternativa ou complemento, especialmente em Manteigas e Celorico.

A nível gastronómico, marcam presença os pratos de caça, borrego, cabrito, enchidos, pão de centeio e, claro, o queijo Serra da Estrela e requeijão, com ou sem doce de abóbora. A não perder, arroz de carqueja, e ainda os vinhos do Dão, da sub-região da Serra da Estrela, além do mel de urze. As aguardentes de zimbro e medronho, e a jeropiga são os digestivos mais apreciados, enquanto na doçaria se salientam as tigeladas, os bolos de azeite e os carolos. O artesanato da região está patente sobretudo na olaria, latoaria, tanoaria, cestaria, tecelagem, e tapeçaria em torno da lã. Igualmente considerado um importante produto da região, o Cão Serra da Estrela pode ser adquirido em canis certificados onde é garantida a sua genuinidade e *pedigree*. Cão dos rebanhos e da serra...

Paula Matos dos Santos



Cão Serra da Estrela / Paulo Matos dos Santos



Serra da Estrela / ADRUSE

ADRUSE

Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela



Constituída em Maio de 1991 para gerir o Programa LEADER I, a ADRUSE não se esgota, porém, neste Programa. Como refere João Paulo Agra, coordenador do GAL, ainda que no início a associação tenha esgotado no LEADER I as possibilidades de intervenção no território, a partir de determinado momento começou a diversificar os instrumentos de

apoio para "resolver problemas que ficavam a descoberto". É assim que, a par da gestão e dinamização dos programas LEADER I, LEADER II e LEADER+, surge a formação profissional (PAMAF e AGRO - Formação Profissional Agrária; Escolas-Oficinas, POEFDS, PRODEP, FORDESO e POCentro, entre outros) - a ADRUSE está acreditada pelo INOFOR desde 1998; o Centro Rural do Alto Mondego; os Planos de Intervenção do Alto Mondego e Alto Mondego/Serra da Estrela; os cursos EFA; o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC).

Promover e apoiar um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, tendo em vista o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida das populações rurais, é o objectivo que tem norteado a actuação desta associação sediada em Gouveia.

Numa região onde a interioridade "pesa", a população residente diminui a cada Censos e as acessibilidades estão longe de serem boas, a ADRUSE tem vindo a direccionar a sua actividade para a área social. João Paulo Agra ressalva, a este nível, a importância do CRVCC devido ao impacto positivo que tem na auto-estima das pessoas.

No âmbito LEADER, João Paulo Agra não tem dúvidas de que o trabalho desenvolvido pela ADRUSE tem sido essencial, ainda que

insuficiente. Para o coordenador do GAL, o facto deste Programa permitir a existência de uma equipa de técnicos no terreno é talvez o aspecto mais importante, já para não falar das muitas pessoas que têm passado pela ADRUSE ao longo destes anos, levando consigo um bocadinho do espírito do Programa.

Devido ao crescimento da equipa e da necessidade de "arrumar a casa", a ADRUSE - que conta actualmente com 17 técnicos - encontra-se desde 2002 dividida em departamentos: Gestão e Acompanhamento (LEADER+, Centro Rural do Alto Mondego e Iniciativas e Projectos da ADRUSE); Promoção e Implementação do Desenvolvimento Rural (serviços de apoio); Acção Social e Promoção da Qualidade de Vida (formação profissional, Rede Social, CRVCC, Centro de Recursos em Conhecimento - em Desenvolvimento Rural - a abrir ainda em 2005); Departamento Administrativo e Financeiro.

Imbuída do "espírito LEADER", a ADRUSE tem feito um trabalho que é, segundo João Paulo Agra, "andar à frente". Com base nesta postura surgiu a Loja de Artesanato e Produtos Locais da ADRUSE. Uma montra do melhor e mais genuíno da Serra da Estrela... Queijo, requeijão, mel, vinho, aguardentes, doces, enchidos, ervas aromáticas e pão de centeio mas também o artesanato (tecelagem, trabalhos em cerâmica, cestaria, tanoaria, latoaria e olaria). Uma loja que, como explica João Paulo Agra, "abriu em contraponto aquilo que era o comércio tradicional local que, infelizmente, nada tinha a ver com os produtos produzidos na região, pelos produtores locais".

ADRUSE
Largo Dr. Alípio de Melo
6290-520 Gouveia
Tel.: 238 490180
Fax: 238 490188
E-mail: adruse@adruse.pt
Site: www.adruse.pt

Órgãos sociais

Assembleia-geral: *Presidente* Câmara Municipal de Manteigas (José Manuel Biscaia) | *Vice-Presidente* Câmara Municipal de Celorico da Beira (Armando Almeida Neves) | *Secretário* Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Seia (Licínio Pina) | **Conselho de Administração:** *Presidente* Câmara Municipal de Gouveia (Álvaro dos Santos Amaral) | *Vice-Presidente* Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Fornos de Algodres (Manuel Correia Francisco Torres) | *Vogal* Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres (Isabel Maria da Silva Dias) | *Vogal* Adegas Cooperativas de S. Paio (Anibal José Cardoso Magina) | *Vogal* NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda (António Braz da Silva Campos) | **Conselho Fiscal:** *Presidente* Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Nova de Tazém (Francisco Alves Campos) | *Vogal* Associação de Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela (António Jorge Fernandes Costa) | *Vogal* Câmara Municipal de Fornos de Algodres (José Severino Soares Miranda)

Associados / Parceria LEADER+ (GAL)

Câmara Municipal (CM) de Celorico da Beira, CM de Fornos de Algodres, CM de Gouveia, CM da Guarda, CM de Manteigas, CM de Seia, Parque Natural da Serra da Estrela, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Fornos de Algodres, CCAM de Seia, CCAM de Vila Nova de Tazém, Adegas Cooperativas de S. Paio, Adegas Cooperativas de Vila Nova de Tazém, NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda, Região de Turismo da Serra da Estrela, Associação de Artesãos da Serra da Estrela, Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres, ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela, Associação de Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela, ADRUSPA - Associação de Desenvolvimento Rural de S. Paio, LICRASE - Liga de Criadores e Amigos do Cão Serra da Estrela, Cooperativa Agrícola Terra Preservada, URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, Maria Belmira Barreno Faria Chaves Rosa, José Álvaro Ubach Chaves Rosa (honorários)

PDL LEADER+

Valorizar os produtos locais

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADRUSE, no âmbito do LEADER+, assenta nos Produtos Locais. A valorização dos produtos locais (agrícolas, artesanato, turismo, ambiente, gastronomia, entre outros que representam a memória colectiva da Serra da Estrela) tem sido, de resto, uma constante do "LEADER" da Serra da Estrela.

A um LEADER I centrado na "emergência de produtos Serra da Estrela" e na sua promoção e comercialização, em torno da criação de uma imagem de marca "Serra da Estrela", segue-se um LEADER II vocacionado para a concretização de iniciativas que valorizam os recursos locais e os saber-fazer tradicionais, mais uma vez, e sempre, na óptica do turismo - considerado a alavanca do desenvolvimento local deste território.

A estratégia do LEADER+/Serra da Estrela desenvolve-se em torno da existência de importantes e diversificados recursos naturais, paisagísticos, culturais, gastronómicos e patrimoniais, bem como a valorização dos produtos locais de qualidade, face a uma procura específica e exigente em matéria de qualidade e segurança alimentar, acompanhada de uma organização, divulgação, promoção e comercialização desses produtos.

Como objectivos gerais o PDL LEADER+ da ADRUSE visa fixar a população local; reforçar a identidade regional; valorizar os re-

ursos endógenos; desenvolver capacidades de atracção; revitalizar as comunidades locais; incrementar a qualidade de vida das populações locais; promover os "produtos Serra da Estrela". Especificamente, este Plano pretende apoiar iniciativas inovadoras, com especial destaque às promovidas por jovens e mulheres; melhorar a qualificação de recursos humanos e a promoção do emprego; melhorar o nível de cooperação interna/externa que tem vindo a ser desenvolvida no território; incrementar as novas tecnologias.

De acordo com o coordenador do GAL da ADRUSE, o que se pretende neste PDL foi "pegar nas virtudes do LEADER+ de forma que cada projecto dê uma imagem daquilo que é realmente o Programa". Por isso, procura-se, logo à partida, promover com os promotores uma série de vicissitudes do LEADER. "Queremos projectos em parceria, inovadores, que façam a ligação ao ambiente e aos saber-fazer e às novas tecnologias", diz João Paulo Agra.

Até 10 de Maio último, a ADRUSE - através do seu Órgão de Decisão (composto pelas mesmas entidades que o Conselho de Administração) - aprovou 47 projectos no Vector 1 (Desenvolvimento Rural) - 26 na Medida 1 e 21 na Medida 2 - e 7 no Vector 2 (Cooperação), num investimento total aprovado de 4 021.060,59 euros dos 4 528.801,00 euros programados no PDL.

Equipa Técnica do GAL



João Paulo Agra
Coordenador

Depois da licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE), João Paulo Agra (n. 1968) deixa-se ficar por Lisboa, na área da consultoria, "a fazer projectos de investimento". Em 1994, passados três anos, um anúncio de emprego leva-o de volta à terra natal e à ADRUSE. "Vim para trabalhar em projectos de natureza muito micro mas obviamente os conhecimentos que tinha foram aproveitados para entrarmos em novos desafios". Desempenhando, desde 2002, as funções de Director Técnico, João Paulo Agra - quando questionado sobre o futuro da ADRUSE e suas congéneres - defende "que o trabalho que as ADL fazem serve o Estado e, portanto, a sua sustentabilidade nunca poderá ser dissociada do financiamento público."



Ana Isabel Cardoso
Técnica

Na ADRUSE desde 1999, Ana Isabel Cardoso, licenciada em Gestão de Empresas (ISLA/Leiria), é a responsável pelo Departamento Administrativo e Financeiro da associação. Começa por dar formação mas não demorou muito a ocupar-se da vida financeira da ADRUSE. Pegando nas suas palavras, a criação dos departamentos é "um desafio que temos vindo a acompanhar todos os dias". Ana Isabel nasceu há 33 anos na freguesia de Girabolhos (Seia) mas há muito adoptou Gouveia como residência.



Ana Maria Gomes
Técnica

Ana Maria Gomes chega à ADRUSE em 1996, com uma licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social (Universidade Católica). Começa no Centro Rural (Alto Mondego) mas é do programa LEADER II que vem a ocupar-se mais, acompanhando os projectos "do princípio ao fim". Actualmente, ocupa-se do LEADER+ em exclusivo Natural de Maceira (Fornos de Algodres), Ana Maria Gomes, 40 anos, confessa gostar especialmente de "ir ao terreno".



Carmo Ambrósio
Técnica

Concluída a licenciatura em Sociologia (Universidade Lusófona/Lisboa), Carmo Ambrósio regressa a Manteigas onde nasceu há 29 anos. Entra na ADRUSE passados poucos meses para um estágio profissional na área da formação. Convidada a ficar, Carmo acompanha o Centro Rural e colabora na elaboração do PDL LEADER+. Desde 2002, é responsável pelo Departamento de Promoção e Implementação do Desenvolvimento Rural da ADRUSE, onde se dá o primeiro contacto com os potenciais promotores do LEADER+ e presta variado apoio técnico.



Cristina Garcia
Técnica

Cristina Garcia acompanha os projectos no âmbito do programa LEADER+, Centro Rural do Alto Mondego e Planos de Intervenção do Alto Mondego, Alto Mondego/Serra da Estrela e Arcozelo da Serra. Na ADRUSE desde 1998, Cristina salienta o contacto directo com as pessoas como o aspecto mais interessante do seu trabalho. "É muito gratificante sentirmos que estamos a ajudar as pessoas a realizar alguns dos seus sonhos". É licenciada em Gestão e Desenvolvimento Social (Universidade Católica) e tem 31 anos.



Graça Mendes
Administrativa

Natural de Gouveia, Graça Mendes, 38 anos, está na ADRUSE desde Setembro de 1993. Com o curso técnico profissional de Contabilidade e Gestão (12º ano), Graça Mendes encontra na ADRUSE o seu primeiro emprego. LEADER I, LEADER II, LEADER+... Graça Mendes tem apoiado particularmente a gestão destes programas assim como de outras actividades desenvolvidas pela associação e o próprio funcionamento global da ADRUSE.

Textos de **Paula Matos dos Santos**

Um fim-de-semana na Serra da Estrela

Com os olhos na Estrela

Na encosta ou na Terra Chã, por onde quer que circulemos, a massa imensa da Serra subjuga-nos. Mesmo antes de entrarmos, ela está presente em todos os olhares. Sente-se, pega-se-nos. Muito mais do que uma referência geográfica, a Serra da Estrela marca tudo – as gentes, as actividades, os sonhos. Imponente. Impressionante. Dominadora.

Façamos uma abordagem ao território pela via de acesso mais adequada, o IP 5, e entremos em Fornos de Algodres. O concelho revela-se extremamente atractivo para os amantes da arqueologia. Os dólmenes, os povoados da Idade do Bronze, os vestígios romanos, as necrópoles medievais são alguns dos elementos que o concelho oferece. Mas, o mais importante é que os trabalhos de inventariação e estudo deste valioso património, iniciados em finais dos anos 80, deram agora corpo a uma unidade museográfica – o Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres (CIHAFa) – onde o visitante pode apreciar uma exposição permanente que o introduz nesta riqueza concelhia e encontrar todas as indicações necessárias para a descoberta dos locais. Dirija-se pois ao Posto de Turismo da vila que o introduzirá na visita ao CIHAFa e deixe-se conquistar pela profissional, agradável e exemplar apresentação do património de Fornos de Algodres.

Depois, seguindo o vale do Mondego, tome a direcção de Celorico da Beira para se confrontar com a marca medieval. Ponto-chave da defesa das Beiras na Idade Média, Celorico da Beira preserva um centro histórico significativo com um castelo que remonta ao século X mas com fundações do tempo do Imperador Augusto. Não deixe de contemplar a Igreja Matriz de Santa Maria com o tecto de caixotões, pintados. E perca-se no Solar do Queijo Serra da Estrela, sala de visitas desse produto inigualável da nossa gastronomia e o maior cartaz da região. Ai, num tradicional solar português do século XVIII, poderá saber a história do produto mas, sobretudo, ser introduzido ao seu paladar. Deguste-o acompanhado por um bom vinho do Dão produzido na região. E se quiser ficar por aqui e desistir do resto do percurso, não serei eu, mero cronista, que o censuro. A tentação será muita.

Mas se o leitor é um daqueles viajantes sistemáticos que resiste a tentações, encaminhe-se então a outra perdição. Tome o caminho de Linhares, Aldeia Histórica de Portugal e uma das jóias da nossa arquitectura rural. Percorra as ruas com as suas fachadas medievais, suba ao Castelo e desvende-o, frequente um dos restaurantes e durma numa das casas da aldeia. Ao fim da tarde, do parapeito do castelo, vire as costas à serra e perca os olhos no extenso vale do Mondego enquanto o sol, lá ao longe, se despede do dia.

De Linhares siga para Gouveia, cidade a meia encosta da serra e uma das suas melhores abordagens a norte. A cidade de Gouveia, com uma tradição marcante na Indústria dos Lanifícios, é hoje um moderno centro de serviços na região. Certamente se sentirá atraído pelas belas fachadas barrocas do século XVIII, pela Igreja Matriz, pela Igreja da Misericórdia, pelo antigo Colégio Jesuíta, hoje Paços do Concelho ou pelo Museu de Arte Sacra. Valerá a

pena visitar o Museu Municipal de Arte Moderna e aí apreciar pinturas de Abel Manta, um dos mais eminentes cidadãos de Gouveia. Uma abordagem à gastronomia da Serra da Estrela poderá ser retomada num dos óptimos restaurantes da cidade, onde os produtos locais são a maior garantia da genuinidade dos sabores. Interne-se na Serra a partir de Gouveia. Suba a encosta vislumbrando horizontes cada vez mais vastos, descubra a Cabeça do Velho, formação rochosa de referência na Serra. Suba às Penhas Douradas e dirija-se a Manteigas. Ainda cá em cima, pare no primeiro miradouro para contemplar, lá em baixo, o casario concentrado e o extenso e largo vale glaciário do Zêzere. Uma paisagem deslumbrante que nos retém a natureza. Aventure-se nos ziguezues da descida para entrar vila adentro. Faça de Manteigas o centro da sua descoberta da Estrela. Informe-se na sede do Parque Natural da Serra da Estrela e escolha a descoberta que se lhe ajusta. A fauna, a flora, o *habitat*, os costumes. Não deixe de conviver com esse magnífico animal que é o cão Serra da Estrela, com o qual se cruzará pelas esquinas. Mas saiba que há um importante trabalho de valorização da raça e que produtores credenciados lhe podem facultar exemplares com certificado.

Com neve, a Serra é sempre atractivo pelos desportos de Inverno. Mas hoje em dia poderá praticar *ski* em qualquer época do ano. O Skiparque de Manteigas proporciona-lhe pista de *ski* e *snowboard* para além de um extenso conjunto de actividades de animação – tiro com arco, circuito de pontes, centro hípico, *slide*, *paint-ball*, canoagem, praia fluvial, *btt*, moto 4x4, orientação, *agro-bungy*. Se é dos pacatos a quem a aventura já não atrai, fique-se pelas imediações do ribeiro, ouvindo o sussurrar das águas, ou pelo bar, enquanto os mais novos se revêem na delícia das emoções.

Volte a subir a Serra, repita todas as imagens que ainda mantêm vivas na retina. E desça novamente para Seia, uma cidade hoje em dia francamente virada para os serviços e para o turismo. Não esqueça que em Seia encontra dois museus de referência e de visita obrigatória. Um é o Museu do Pão que tivemos já oportunidade de divulgar nas páginas deste jornal. O outro é o Museu do Brinquedo, uma iniciativa da Câmara Municipal que trata a temática de uma forma elaborada. Um museu que “é dedicado a todos os adultos que já foram crianças e a todas as crianças que, um dia, hão-de ser adultos”.

Será que o leitor me conseguiu seguir nesta visita? Certamente que se perdeu algures. E fez bem. Porque a Serra da Estrela é para se descobrir ao longo da vida, depois de um primeiro fim-de-semana de saudades...

Francisco Botelho



Linhares/Francisco Botelho



Celorico da Beira/Francisco Botelho

para dormir

- Casa Mãe - Casa de Campo**
Rapa - Celorico da Beira
Tel.: 271 214 450 / 96 231 04 05
- Casa Fonte do Sapo**
Maceira - Fornos de Algodres
Tel.: 271 789 166
- Casa Grande**
Paços da Serra - Gouveia
Tel.: 238 496241/934297935
- Casa das Tapadas**
Mangualde da Serra - Gouveia
Tel.: 96 628 69 95
- Pousada de S. Lourenço**
Manteigas
Tel.: 275 980 050
- Casa do Fundo do Pereiro**
Samelco - Seia
Tel. 238 902 118
- Casa das Lages**
Rua das Lages
Alvoco da Serra - Seia
Tel.: 238 953 270

para comer

- Taberna do Alcaide**
Linhares da Beira
Celorico da Beira
- Abriço das Courelas**
Fornos de Algodres
Tel. 271 703 419
- A Toca do Lagarto**
Av. Heróis do Ultramar
Nespereira - Gouveia
Tel. 238 493 421
- Restaurante O Flor**
Rua Cardeal Mendes Belo
Gouveia
Tel. 238 492 336
- Restaurante Camelo**
Av. 1.º de Maio - Seia
Tel. 238 310 100

para visitar

- Aldeia Histórica de Linhares (Celorico da Beira)
- Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres e todos os roteiros arqueológicos do concelho
- Núcleo Museológico e Etnográfico do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nespereira
- Museu de Lagar de Mário Gomes Figueira (Vila Franca da Serra)
- Parque Zoológico de Gouveia
- SkiParque (Manteigas)
- Museu do Brinquedo (Seia)
- Museu do Pão (Seia)

para levar

- Queijo Serra da Estrela (Solar do Queijo Serra da Estrela - Celorico da Beira)
- Doces Artesanais (Companhia das Abóboras - Seia)
- Vinho do Dão (Adegas Cooperativas de S. Paio e Vila Nova de Tazém)
- Mel de Urze (Associação de Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela)
- Aguardentes e Licores (Quinta do Espinho - Seia)
- Pão de Centeio do Sabugueiro (Branquinho & Branquinho)
- Tecelagem em Lã (Ecolá)
- Cão Serra da Estrela (LICRASE)

Serra do Caldeirão

«...vemos já em frente a massa enorme da serra, que ondula ao longe, parda e esbatida, como um grande mapa em relevo. A estrada abrupta cinge agora a montanha. Dá voltas sobre si mesma, dominando à esquerda enormes precipícios e vales estreitos e profundos, onde se insinuam pequenos veios de água atufados de loendros em flor. Em certos pontos não vemos no talvegue senão a linha das suas longas hastes floridas; noutras o homem achou maneira de plantar milharais, hortedos e vinhedos liliputianos (...). É realmente um mar de montanhas o que vemos - mas um mar de ondas todas iguais, equidistantes e redondas, e tão macias que se diriam feitas de veludo. Há grandeza e ao mesmo tempo suavidade, qualquer coisa de caricoso e de brando nessa extensão enorme que nos arrebatava e nos subjuga ...»

Raul Proença

Estas palavras, escritas em 1927 por Raul Proença no seu *Guia de Portugal*, continuam actuais. Quem se aventurou pela Serra do Caldeirão, percorreu as encostas, experimentou os produtos e cavaqueou com as suas gentes, sabe que esta é uma região muito bela, que continua a ser um Algarve ainda muito isolado, apesar das melhorias nas acessibilidades.

De grande riqueza ambiental e patrimonial, a Serra do Caldeirão tem características que são uma mais-valia importante no mundo actual. A serra permanece sem grandes alterações desde há séculos. Só o confronto com a política agrícola comum, a globalização e a adaptação a um mundo (mercado) actual, tem modificado substancialmente o panorama humano e vegetal da serra.

A desertificação humana não pára, por mais ideias, discursos e incentivos que possam existir. No fundo, não existe uma política global apoiada para a fixação das populações, quer seja para adultos, quer seja para jovens. A habitação, apesar de haverem casas desabitadas é muito difícil de encontrar, e a construção é um enorme problema. Enquanto no litoral não pára, no interior quase não existe. Ter uma casa e legalizá-la ou iniciar uma actividade económica e legalizá-la são verdadeiros quebra-cabeças. Para além da necessária coragem e tenacidade, o rol de obstáculos legais e associados é complicado de cumprir. A fraca assistência médica ou mesmo a ausência de serviços de saúde é outra realidade incontornável, para não falar nas escolas, na cultura e em muitas outras actividades. Todos estes factores levam a que jovens e menos jovens procurem outros locais para viver. A estas dificuldades juntou-se, nos últimos anos, a capacidade destruidora do fogo. Destruidora de bens materiais, mas sobretudo da força anímica e da capacidade e vontade de voltar a fazer.

A destruição de floresta reduz o homem ao seu papel relativo e pequeno no tempo. A existir recuperação da floresta de sobreiro, os produtores actuais já não a vão ver. A floresta demora largos anos a recriar, e mais anos ainda a produzir. As vidas dos proprietários não chegam.

É um dos problemas dos fogos no Caldeirão. A floresta de sobreiro, à volta da qual se organiza parte da actividade económica da serra, está em transformação. Não sendo um acontecimento de hoje, os fogos têm um impacto maior, já que mexem directamente com uma actividade económica que não tem grande alternativa.

Ainda para acrescentar às sequelas dos fogos mais recentes, tirando a época mais mediática, a atenção generalizada das entidades ficou esquecida. Daquilo que se diz ao que se faz vai uma enorme distância, e os apoios a quem sofreu, muitas das vezes não chegam.

Mais-valias da Serra

No entanto, a serra é uma entidade viva com uma dinâmica própria, com sistemas produtivos adaptados às suas características e que têm mais valia em termos de mercado local e global. As pessoas que aí moram têm energia e actividade. Na realidade, têm que ter mais energia que noutro qualquer lugar. A serra consegue ainda atrair e fixar gente de outras paragens, nacionais e estrangeiros que apreciam esta beleza e realidade e, quer seja por via de reformas quer seja de actividades económicas diferenciadas, se conseguem instalar, enquanto resistem.

A floresta de sobreiro, com novos modelos de gestão e com uma política de apoio ao comércio da cortiça, que cada vez mais luta contra concorrentes de peso, sobretudo no sector das rolhas, é uma das actividades económicas fundamentais.

A agricultura é, e pode continuar a ser, uma fonte económica importante, não através da agricultura convencional, mas juntando a tradição à produção biológica. Portugal, e em particular o Algarve, é um mercado em crescimento nos produtos biológicos, tanto para produtores como para consumidores. Incentivar agricultores tradicionais e novos agricultores a desenvolverem este método produtivo e instalar uma relação de confiança entre produtor e consumidor é um passo para o futuro.

Os produtos tradicionais com relevância, aqueles específicos da região devem ser apostas. A aguardente de medronho, o mel, o queijo e os derivados da cabra, o pão, que é responsável no interior algarvio por grande número de empresas, o artesanato enquanto interesse museológico, mas que se adaptou às necessidades actuais, e as actividades de lazer, gastronomia e alojamento, de acordo com a riqueza ambiental e patrimonial, são eixos que se desenvolvem. A questão está em articular as apostas e projectos de desenvolvimento rural, e a baixa densidade e ambiente, com outras questões mais vastas como a saúde, a cultura, a educação, a habitação e sobretudo a desburocratização legal, na forma, e também nas atitudes dos técnicos, políticos e demais agentes.

A serra, embora mantenha a beleza de antigamente, não parou no tempo. Um modelo de desenvolvimento, que para além de fixar as populações incentive a vinda de outras, a instalação de novas ou diversificadas actividades, ou a escolha de modelos diferenciados de produção com papel importante para o centros de investigação e universidades, são realidades há muito identificadas e caminhos a percorrer.

Sendo aposta da In Loco a qualificação do território através da qualificação dos seus recursos, procuramos a valorização, organização, articulação e promoção desses recursos essenciais, e favorecer, por essa via, uma imagem de marca que torne este território mais atractivo para os visitantes e para quantos nele residem ou pretendem vir a residir.

Várias vozes na região e fora dela se têm levantado, apontando um modelo sustentado para a Serra do Caldeirão, mas a realidade é outra. Uma questão importante e também muito actual é a saída da zona de objectivo 1, em função de indicadores estatísticos analisados para todo o Algarve e como este interior vai reagir a esta medida. Será que o desaparecimento das gentes e actividades é o futuro para esta e outras regiões como esta no país?

Miguel Velez
In Loco

Populações participam na prevenção e combate a fogos florestais

A prevenção e combate aos fogos florestais na sua fase inicial, é responsabilidade de cada um de nós. Reconhecendo que o contributo das populações residentes no espaço florestal é decisivo, têm vindo a ser realizadas na Serra de Silves, de Fevereiro a Maio, cerca de 40 sessões em pequenos aglomerados populacionais nas freguesias de S. Marcos da Serra, S. Bartolomeu de Messines e Silves, juntando residentes, com o objectivo de esclarecer e sensibilizar para acções concretas de prevenção e atitudes activas de combate ao fogo quando está no início. Limpeza em volta das casas, nos terrenos e linhas de água, ou procedimentos para a realização de queimas e queimadas, são abordados nestas sessões, que têm tido a participação de residentes com uma média de idades elevada, baixos níveis de escolaridade, mas portadores de práticas tradicionais relevantes.

Estes espaços de encontro, convocados pessoalmente e através do passa palavra, realizados em vendas (mercearias), cafés, armazéns agrícolas, destilarias, associações locais, e mesmo à sombra de árvores, têm permitido avivar e evidenciar o que pode ser o contributo individual e em grupo, de vizinhos, para a prevenção, combate primário e alerta de fogos florestais.

Esta iniciativa, enquadrada no Plano de Acção para o Desenvolvimento Rural, realizada no âmbito da Medida AGRIS 8, é fruto de uma parceria constituída entre a Associação In Loco, a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, e Câmara Municipal de Silves, e que posteriormente passou também a envolver a Associação Viver Serra, constituída no início de 2004.

Equipa do Plano de Acção da Serra de Silves
In Loco



Sessões na Serra de Silves. In Loco

Montanha do Pico

“A geografia, para nós,
vale outro tanto como a história”

Vitorino Nemésio

Não sendo propriamente um território montanhoso, a Zona de Intervenção da ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento de Ilhas dos Açores apresenta, aqui e além, algumas elevações significativas.

Desde logo, a Montanha do Pico, ponto mais alto de Portugal, com 2 351 metros de altitude, e que dá nome à ilha. Serve de barómetro para si e para as ilhas vizinhas (São Jorge e Faial), adivinhando-se as condições meteorológicas pela posição das nuvens em torno do cume do Pico. Então se diz que o Pico está a pôr “capelos”, sinal premonitório de chuva, mais ou menos abundante conforme a concentração das nuvens.

A montanha, cuja origem remonta a 270 mil anos, consiste num enorme cone vulcânico quase perfeito, cujas manifestações se têm feito sentir ao longo dos tempos (erupções vulcânicas em 21 de Setembro de 1572, 1 de Fevereiro de 1718, 11 de Fevereiro de 1718 e 10 de Junho de 1720), desde a sua povoação no século XV. As lavas escorridas destruíram tudo à sua passagem, tendo subterrado casas e animais, surgindo áreas extensas inculcadas que a população denominou de “Mistérios”. Por desconhecerem a origem e justificação para os fenómenos que os atraíam. Por serem incapazes de ali cultivarem o seu sustento.

Subidas ao Pico cativam visitantes

Omnipresente em todos os pontos da ilha, a montanha e o seu temperamento vulcânico marcam a paisagem, dando-lhe, ainda hoje e apesar do desenvolvimento alcançado com o passar do tempo, uma aura de território selvagem, desafiando os locais e visitantes à sua exploração. Na montanha, há a considerar dois picos. O *Pico Grande*, cuja cratera tem forma idêntica à da própria ilha, também conhecido como *Eirado Grande*, cujos rebordos têm cerca de 30 metros de altura e 232 metros de diâmetro. Aqui se levanta o *Pico Pequeno* ou *Piquinho*, com 70 metros de altura. As vertentes são constituídas por escoadas lavas basálticas e sectores de piroclásticos (areeiros), que preenchem toda a paisagem ao longo da subida.

As subidas ao Pico são uma actividade turística que, a par com a observação de cetáceos, tem atraído e cativado muitos visitantes. Desde o sismo de 1998, a subida deve ser acompanhada por um Guia de Montanha, uma vez que em determinados pontos, o piso pode revelar-se perigoso para aqueles que são mais inexperientes.

Em termos práticos, uma subida, desde o Lugar da Furna (local até onde é possível viajar de automóvel) até ao cume, pode demorar entre três a quatro horas, dependendo do grau de preparação física de cada um. Recomenda-se o uso de botas de montanha, uma mochila apetrechada com agasalhos e água, e um cajado que, em último recurso, pode ser improvisado de qualquer bordão mais resistente que se encontre pelo caminho. Convém ter presente que por muito difícil que pareça a subida, a descida será ainda pior, devido ao declive acentuado, exigindo muita tracção e cuidado.

Actualmente, encontra-se em construção a Casa de Apoio à Montanha, cujas instalações contam com um Centro Interpretativo. Esta estrutura, um investimento do Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente, pretende ser uma base de apoio e controlo a todos que escalam a montanha, dando a conhecer aspectos relevantes relacionados com a Reserva Natural da Montanha do Pico, abrangida pela Rede Natura 2000 e, até a compra de lembranças da subida, ou a usufruir a esplanada no bar panorâmico que oferecerá uma vista magnífica das ilhas vizinhas e do mar.

Na casa da montanha ficarão também instalados os Serviços de Protecção Civil e os dormitórios dos técnicos de apoio à escalada, funcionando também uma parte do edifício como espaço com condições para exposições de fotografia sobre a reserva natural e imagens da escalada. O topo do edifício será dotado com sinalização luminosa que terá as funções de orientar os montanhistas na escalada e informar se a montanha está aberta a escaladas ou não.

A majestosa imponência da montanha convida ao desafio de escalar o ponto mais alto do nosso país.

ADELIAÇOR



Ilhas do Pico / Adeliaçor

Serra da Lousã

Montanha, monte muito alto e extenso, elevação, terreno acidentado entrecortado de vales e escarpas, sinónimos da nossa região que existe e se assume em torno da pedra que a forma e lhe dá o nome... lousa... ou xisto, pedra negra e agreste, tão idêntica à alma dos povos de antanho que a habitaram e a sulcaram, para além da inacessibilidade dos seus trilhos ou mais tarde, já em meados bem entrados do século XX, da sua estradita sinuosa.

Serra da Lousã, "montanha tutelar da nossa infância", como já afirmava o poeta, aludindo às questões de identidade, as mesmas que um século e tal mais tarde constituíram a base da nossa intervenção.

Desde há 12 anos que nos repetimos no mesmo discurso e já é difícil encontrar palavras que não repisem as mesmas ideias e percepções e emoções e sentimentos. Atitudes, temos tido algumas, numa tarefa que inicialmente se revelou insana mas que, finalmente, começa a frutificar nos modos e nos olhares de cada um e na sua forma de ver e sentir a Serra. Esta, que já em 1995 era a base da nossa estratégia. Nessa época tínhamos consciência que iniciávamos o nosso trabalho numa zona de montanha, extremamente fragilizada em termos populacionais, de difíceis acessibilidades e, na generalidade, deficientes condições de vida. Nesse mesmo ano, em inquirição a toda a população residente, esta reforçava, então, a nossa percepção da identidade territorial subjacente ao espaço, ao afirmar na 'localização e paisagem natural' os aspectos mais apreciados. Com base nessa auscultação investimos, apostando no estreitamento dos laços de união entre concelhos que visualizavam a montanha como elemento identitário, embora nós sentíssemos que cada comunidade a visualizava na sua própria perspectiva, ou seja, à imagem da sua própria vertente. A de cá - mais próxima do litoral e da cidade grande - e a de lá - mais distante e resguardada.

Montanha como elemento patrimonial

Após todos estes anos, gostamos de pensar que contribuímos com a nossa acção para esse efeito de união, para essa visibilidade da Serra e sobretudo para essa atitude positiva de considerar a montanha, esta montanha, como elemento patrimonial por si!

Para tal contribuíram alguns projectos, uns idealizados por nós, outros com o apoio de parceiros locais, outros ainda concretizados por diversos actores do nosso território. Se, com o projecto Trilhos da Serra, unimos em rotas temáticas todos os pontos mais pitorescos e interessantes do território... fazendo sentir os que cá habitam como parte de um todo mais amplo... com o projecto Artesanato em Rede, identificámos e reconhecemos as artes rurais enquanto elementos culturais da região...

As casas recuperadas, como a Casa do Candal, actualmente núcleo do Eco-Museu da Serra da Lousã ou a Casa dos Cantoneiros para Casa-Abriço, a antiga Escola de Vale de Nogueira para Centro de Convívio ou ainda a Casa da Professora de Maria Gomes para alojamento turístico, são também exemplos de como valorizámos o património arquitectónico existente, refuncionalizando-o e pondo-o ao serviço das actuais comunidades e dos visitantes.

A construção das calçadas no Talasnal, a recuperação de parques de lazer, de merendas e de miradouros, a definição dos percursos dos corços e dos veados, algumas das intervenções de valorização do espaço serrano que permitiram a sua fruição e um contacto mais íntimo com a Natureza.

Ainda, o inventário apícola realizado, que Serra da Lousã é igualmente sinónimo de Mel, o único produto de origem protegida de todo o território, reconhecidamente de montanha, proveniente das urzes que crescem em profusão nas vertentes mais soalheiras.

Constituem ainda exemplos de projectos em prol das actividades económicas de montanha, empresas como a Montes d'Aventura, apoiada com base na sua promessa de promover desportos radicais ou de natureza, com a Serra da Lousã como cenário e paisagem de fundo, ou ainda lagares de azeite, que mantendo a tradição milenar se renovam e se esmeram na qualidade do fio dourado produzido.

Falamos também de museus vivos, uma rede de cultura, ecologia, tradição e gentes, ainda a dar os primeiros passos na sua vontade de interligar em malha mais estreita todo o nosso território e para além fronteiras....

Efectivamente, começa a ser difícil falar sobre a Serra da Lousã, sobre o verde e azul, sobre os elos da ELOZ, do Entre LOusã e Zêzere, mensagem ao estilo de *slogan*, assumida para comentar e afirmar este pedaço de terra como se do paraíso se tratasse, ou então,

para recordar a serra que ao longo dos tempos tem sobrevivido ao esquecimento dos homens, enquanto património ambiental e enquanto recurso com elevado potencial turístico.

Como relembrar a todos quanto a veneram "como tutelar da sua infância" de que a serra carece de atitudes presentes e quando deixará esta de ser definitivamente uma serra de intenções?

Inserida na Rede Natura 2000 mas sem qualquer gestão ou protecção a nível ambiental... sulcada de inúmeras aldeias de xisto de grande valor histórico e patrimonial mas sem uma intervenção estruturante em seu torno... a Serra da Lousã precisa de ser acarinhada e de ser assumida como uma montanha de aventuras, uma enorme elevação de oportunidades, enfim como um terreno de descobertas em altitude.

Montanha mais do que tutelar da nossa infância, montanha do nosso quotidiano que nos seduz e desafia...



Serra da Lousã / Dueceira

Ana Souto

Dueceira - LEADER+ ELOZ. Entre LOusã e Zêzere

Rui Tadeu

“Tenho procurado dar o meu contributo”

Dois projectos de agro-turismo, uma queijaria, uma marca de azeite, 10 anos como presidente de junta de freguesia, e membro de várias associações e cooperativas. A história de Rui Tadeu é também a história dos projectos em que esteve envolvido. Sempre em meio rural, sempre numa perspectiva de desenvolvimento sustentado. Contributos de um agente de desenvolvimento.

Transmontano nascido no Porto, “português” por convicção. “A minha terra é Trás-os-Montes, onde me identifico, e onde tenho os meus filhos e projectos”. A frase que Rui Tadeu solta numa análise dos 48 anos repartidos, de modo desigual, entre o Porto onde nasceu, e o distrito de Bragança onde foi acolhido, deixa transparecer o estado de alma. Designer, autarca, empresário agrícola, vinicultor, olivicultor, cooperante, ou professor. Actividades desenvolvidas entre os concelhos de Alfândega da Fé e Vila Flor, nos últimos 26 anos. A infância e adolescência são passadas no Porto, onde permanece até à universidade.

Com 22 anos, e o curso de Equipamento, Decoração e Design, concluído na EADSR (Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis), arma-se de bagagens e parte em direcção a Vila Flor, onde fica colocado como professor de Educação Visual e Desenho. “A região não me era estranha”, recorda. Embora não conheça o concelho em que vai trabalhar, de vez em quando visita estas paragens para “caçar perdiz com amigos”, ou descer as arribas do Douro. Visitas que lhe oferecem o conhecimento da região e despertam uma certa empatia por Trás-os-Montes. Uma região que “evidencia características muito intrínsecas e endógenas”. Ao longo de 16 anos, permanece ligado às aulas de Educação Visual e Desenho, ao mesmo tempo que trabalha como *designer* num gabinete de design e arquitectura de interiores. Mais um projecto com a marca Rui Tadeu, que apesar de desenvolver alguns trabalhos ligados à recuperação de casas tradicionais, não ocupa mais do que um lugar marginal no conjunto de actividades desenvolvidas.

Interrompe este percurso há nove anos, quando deixa o ensino. Aposta então na dinamização do gabinete de design e arrisca o primeiro projecto de turismo em espaço rural. Seis quartos e 12 camas constituem a oferta da Quinta da Veiguinha, localizada em Vilas Boas, concelho de Vila Flor. Um agro-turismo consolidado no mercado de turismo em espaço rural. A dinâmica de agro-turismo e a “paixão” pela agricultura e pecuária fazem com que este projecto englobe uma componente de criação de ovinos de raça terrincho. Estava aberto o caminho para a produção do Queijo Terrincho - Quinta da Veiguinha.

“Um produto esquecido”

Em paralelo, e sem deixar os créditos por mãos alheias, Rui Tadeu faz parte da ANCOTEQ - Associação Nacional de Criadores de Ovinos de Raça Churra da Terra Quente e é presidente da Comissão Instaladora da Denominação de Origem Protegida (DOP) Terrincho.

Cedo se apercebera das potencialidades do queijo feito com leite das ovelhas churras ou terrinchas. É um “leite com características muito boas, com gordura e sabor intenso”, afirma. No entanto, o queijo “nunca esteve no mercado”. “Era feito em casa dos pastores e consumido nas famílias”, ou vendido “em vendas e feiras muito limitadas”, acrescenta. O Terrincho era o “exemplo acabado de um produto esquecido”.

A conclusão do processo de reconhecimento do Terrincho como DOP vem inverter esta tendência. Rui Tadeu sente que estão criadas as condições para avançar para a produção do Queijo Terrincho “Quinta da Veiguinha - Queijaria Artesanal, Lda.”, e rapidamente colhe a aceitação



Foto: M. B. S. / SHUTTERSTOCK

de pastores e proprietários de rebanhos. “Quando começámos a surgir no mercado, eles começaram a ordenhar não só para fazer o seu queijo, mas também para fornecer leite à queijaria”.

Hoje, a queijaria conta com a participação de 154 produtores de leite, que produzem em média cerca de 800 litros/dia, ao longo dos 10 meses de produção. Um complemento necessário ao rebanho de 200 ovelhas churras que atravessa as terras da Vilarça. Só possível porque “agora observa-se potencial”. O queijo Terrincho adquiriu um estatuto de “qualidade”, e é distribuído em mercados, grandes e médias superfícies, e algumas lojas, por todo o país.

O empreendedorismo empresarial não esgota as energias de Rui Tadeu. Activismo político e participação associativa sempre orientaram os passos deste designer de formação.

Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas, por três mandatos consecutivos, entre 1987 e 1997, opta por não se recandidatar e deixa a autarquia. Uma opção que defende porque a “eternização em lugares não é salutar para democracia”. Segundo o ex-autarca, o “exercício de poder deve ser feito com grande controlo democrático”. Mais tarde, ainda é cabeça de lista do PCP para a Assembleia Municipal de Vila Flor, e candidato suplente na lista para o Parlamento Europeu, mas deixa a política para plano secundário.

No capítulo associativo, os passos guiam-no para objectivos muito concretos. Além da ANCOTEQ, adere à Cooperativa de Olivicultores de Vila Flor e Ansiães, da qual se torna presidente. Cargo que desempenha durante 13 anos, até 2003. Mais uma vez, o princípio de rotatividade orienta as decisões. “Concretizado o projecto, deixei a cooperativa”. Durante os anos de exercício, três objectivos nortearam a actuação: a

luta pela certificação do “Azeite de Trás-os-Montes” enquanto DOP, o “saneamento financeiro da cooperativa”, e a elaboração de um projecto de construção de um lagar moderno.

Na sequência desta passagem pela cooperativa de Vila Flor, acaba por fazer parte da Direcção da Fenazeites - Federação Nacional das Cooperativas de Olivicultores. Pelo meio, é ainda presidente da AGROBIO, durante um mandato. “Um conjunto de experiências interessantes”, assente.

O ano de 2004 marca o aparecimento de um novo projecto de Rui Tadeu. A Quinta do Barracão da Vilarça é o segundo turismo em espaço rural em que se envolve. Uma casa com história, integrada no percurso da Estrada Real da Malaposta entre Lisboa - Bragança. Localizada em Vilarinhos, concelho de Alfândega da Fé.

A funcionar desde Maio do ano passado, a experiência de um ano tem uma apreciação “bastante positiva”. Os 10 quartos e 20 camas que compõem o empreendimento têm tido uma taxa de ocupação alta.

A dinâmica de agro-turismo é, mais uma vez, a opção escolhida. Uma escolha que Rui Tadeu justifica: “não entendo o turismo em espaço rural sem a componente de agricultura”. De acordo com este empresário, em meio rural “o único turismo que devia ser apoiado é o agro-turismo”. Proporciona aos visitantes um “contacto directo com a realidade da agricultura”, além de “aproveitar as possibilidades da própria quinta”. Uma intervenção agro-pecuária desenvolvida nos 65 hectares da Vilarça, e que se expande territorialmente a duas outras quintas, com 48 e 72 hectares, de olival e pasto, que estão arrendadas.

Mais uma vez, a agricultura surge transversal a todo o projecto. “Sempre foi uma paixão”, confessa. Oriundo de um domínio académico distinto, Rui Tadeu compensa algumas insuficiências com estudo e formação. É desta aposta formativa na agricultura que emerge a aproximação à agricultura biológica. Uma opção que defende, e dentro dela alinha alguns dos seus projectos. Foi dentro do universo da agricultura biológica que surgiu o azeite Terra Sã, lançado no mercado há nove anos, e que já é uma marca implantada. Para o futuro, existe o plano de recuperar o lagar de azeite da Quinta do Barracão da Vilarça, e aprofundar o investimento nos produtos oleícolas.

Só que o projecto é “mais amplo”. No horizonte, depois da vinha geometricamente plantada, ganha forma o vinho “Malaposta da Vilarça”. Um projecto desenvolvido em parceria com a empresa Barão de Vilar, de Vila Nova de Gaia, e que prevê o lançamento do vinho em 2006.

Alargar a “perspectiva integrada”

A curta distância, a azáfama é muita nas obras de recuperação do moinho de água da quinta. O “único moinho hidrico em todo o vale da Vilarça”. Uma intervenção apoiada pelo programa LEADER, para a qual Rui Tadeu projecta a introdução de uma componente pedagógica. O objectivo é conservar o moinho sem alterações, de modo a “atrair jovens e turistas para conhecerem os mecanismos de funcionamento”. É mais um espaço atractivo para visitantes, que pode contribuir como fonte de rendimento adicional. Por fim, ainda associado ao empreendimento da Quinta do Barracão da Vilarça, embora com uma dimensão que extravasa este projecto, está o objectivo de criação de uma zona de caça turística. Para este objectivo, Rui Tadeu contactou 23 proprietários, podendo contar neste momento com uma área de 750 hectares de área de reserva para caça, que pode ainda ser alargada.

Um projecto que contempla objectivos de lucro, mas que não se resume a este papel. Para Rui Tadeu, a zona de caça também tem uma “perspectiva de salvaguarda de espécies”. Segundo o empresário, o projecto contempla um “período de defeso de, pelo menos, três anos”, para a “correção de efectivos”. Ciclo que não deve intimidar o investimento, pois “todos os projectos têm um processo de investimento”, e existem “soluções de rentabilidade”.



Mais do que um projecto de rendimento económico imediato, a criação de uma zona de caça visa alargar a “perspectiva integrada” do projecto. Todas as iniciativas visam “alargar o leque de ofertas”. Postura defendida por Rui Tadeu, como a mais adequada a uma intervenção no meio rural. Uma dinâmica que corresponde a um mecanismo de defesa do próprio empreendimento, dado que “quando um elo falhar, há outro que pode cobrir esse elo”.

A dinâmica empresarial e de projectos marca toda a vida de Rui Tadeu. É uma “postura activa e não de comodidade”, observa. No entanto, os seus passos guiam-se por uma lógica de “respeito pela ruralidade intrínseca do meio”.

Nesse sentido, sustenta-se na aprendizagem “com empirismos acumulados por ancestrais”. Um saber tradicional que é o garante de “defesa da paisagem rural” e, ao mesmo tempo, a “salvaguarda do ecossistema”. Princípios que não devem entrar em contradição com dinâmicas de inovação. Preservar não implica estagnar.

Segundo o designer e empresário, o importante é investir num “desenvolvimento sustentável local, articulado a nível nacional”. Um modelo que “podia contribuir para estancar a desertificação do país”.

Neste combate à desertificação, Rui Tadeu acredita nos benefícios da regionalização. Apesar dos riscos, defende uma visão de “regionalizar como uma valorização dos recursos endógenos”.

Além disso, existem também recursos estratégicos, “como os produtos da terra ou o turismo”, além da própria floresta como elemento importante para a criação de emprego. Este “potencial não tem sido valorizado”. Dinâmicas que podem contribuir para a inversão do “plano inclinado do interior para litoral”. Um plano desequilibrado a nível demográfico, com as pessoas a abandonarem o interior em direcção ao litoral, mas que se verifica também ao nível dos recursos, e o “desenvolvimento também se faz com meios”.

É face a este cenário que Rui Tadeu valoriza a importância de programas como o LEADER, que tem uma “filosofia correcta, de proximidade, que pretende estimular projectos de pequena dimensão”. O único caminho para travar as assimetrias é investir no investimento de projectos de desenvolvimento sustentado. Este tem sido o caminho de Rui Tadeu. “Tenho procurado dar o meu contributo”.

João Limão

13 a 17 de Junho

Seminário Transnacional Euromountains.net

A sustentabilidade das comunidades de montanha – necessidade de políticas específicas para serviços sustentáveis, é o tema do Seminário Transnacional Euromountains.net, que irá decorrer no Parador de Cervera de Pisuerga, em Palencia (Espanha), entre 13 e 17 de Junho.

A iniciativa surge integrada no projecto Interreg III C "Euromountains.net – Colocar em rede as regiões de montanha para um desenvolvimento sustentável", que junta 13 parceiros de regiões de Portugal, Espanha, França, Itália, Escócia e Noruega, e tem como objectivo o reforço da

cooperação entre os territórios europeus de montanha, com o propósito de desenhar estratégias para o desenvolvimento social e económico sustentável destas zonas da União Europeia.

Este seminário vem na sequência de um ano de projecto a estudar a necessidade de políticas específicas para a criação de serviços sustentáveis em zonas de montanha, e visa a troca de pontos de vista entre os parceiros do Euromountains.net.

Site oficial do seminário: <http://interreg.dip-palencia.es>.

17 e 18 de Junho

Congresso Turismo de Montanha



Difundir uma visão moderna e sustentável sobre o Turismo de Montanha é o principal objectivo do Congresso de Turismo de Montanha que se vai realizar nos dias 17 e 18 de Junho na Lousã. Juntar os agentes locais, regionais e nacionais numa reflexão orientada sobre o desenvolvimento do Turismo de Natureza e promover a imagem da Lousã enquanto destino de turismo de Natureza são igualmente razões de ser deste congresso.

Turismo de Natureza, Turismo Activo e Desportivo e Turismo sustentável são os temas que vão levar à Lousã cerca de duas dezenas de oradores de várias entidades, sobretudo da região. O "Turismo em espaço Rural", a "Responsabilidade ambiental como factor de competitividade no turismo", "Turismo e Desporto", "Trilhos pedestres e Turismo", "Parques de desportos", "Modelos de Financiamento" são, entre outros, temas a explorar neste congresso. Uma organização da "Montes d' Aventura", uma empresa de animação turística, criada e apoiada no âmbito do Programa LEADER+/DUECEIRA. Mais informações no site www.cm-lousa.pt/ctm.

Passeios da Primavera 2005

A 7ª edição dos passeios da Primavera está aí! Este ano, a MARCA - Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo, responsável pela iniciativa, propõe sete percursos pedestres: "Lugares de memória e identidade" (2 de Abril); "Plantas medicinais e aromáticas" (16 de Abril); "Astros e pedras na pré-história" (23 de Abril); "Pais e filhos à descoberta dos segredos do montado" (7 de Maio); "Sabores, Saberes e estórias da cozinha alentejana (21 de Maio); "Que nos conta e canta esta paisagem?" (4 de Junho); e "Observando a flora e interpretando vestígios da fauna" (18 de Junho).

Os passeios da Primavera são percursos temáticos que propõem a interpretação da paisagem com recurso a guias especializados, cientistas ou habitantes do território detentores de saberes particulares. Os passeios têm uma duração média de seis horas incluindo paragem para almoço. Para programar um fim-de-semana em Montemor-o-Novo a MARCA poderá sugerir alojamento, restauração e locais de interesse paisagístico e patrimonial. E-mail MARCA: marca.adl@mail.telepac.pt.



Solares de Portugal lançam novos circuitos temáticos



Para fazer da Primavera uma estação alternativa, e procurando promover o contacto com a Natureza, os sabores, os cheiros, as emoções e a tradição, os Solares de Portugal lançaram 10 novos circuitos baseados no turismo temático. Percursos que têm em atenção novos segmentos de mercado e que procuram um outro tipo de turismo e onde o ambiente, a saúde e o lazer são os "actores prin-

cipais". A intenção é associar o turismo rural ao turismo de luxo. "A excelência dos Jardins", "As tradições do Agro-turismo", o "Eco-turismo", "A Rota dos Vinhos", "Artesanato e Tradições", "Mente e corpos sãos", "Sabores e Cheiros", "Os circuitos de golfe", "A raça Lusitana" e "Cerâmica Nacional". São estes os circuitos temáticos, apresentados pelos Solares de Portugal que dão a conhecer as raízes das regiões aliadas à modernidade e ao gosto de cada um. Para mais informações consultar o site www.solaresdeportugal.pt.



As políticas estruturais e os territórios da Europa - A Montanha
Comissão Europeia; Março de 2000

As zonas montanhosas possuem especificidades que podem corresponder a potencialidades e vantagens. Atenta a estas possibilidades, a brochura "As políticas estruturais e os territórios da Europa" dedica este número à montanha. Documento imprescindível para compreender as principais linhas de protecção destes territórios (preservar património natural e cultural, adaptar economias ou deter desertificação), e que aponta caminhos para o desenvolvimento de políticas regionais (aposta na inovação e qualidade, desenvolver o turismo ou apoiar dinâmicas locais).



LEADER+ Magazine - Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais
Observatório Europeu dos Territórios Rurais; Janeiro de 2005

Número de Janeiro deste ano do LEADER+ Magazine, cujo tema de destaque é a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais. Com este objectivo, são visitados quatro projectos na Alemanha, Espanha, Irlanda e Portugal, que correspondem a uma rede de trabalho com os media, trabalho à medida de pessoas com deficiência, revitalização da comunidade de Killimagh ou o centro lúdico de Gandra.



Potencialidades de Desenvolvimento de Concelhos da Zona da Serra da Estrela
Simões, Maria João e Berta Rato (coordenação), Observatório do Emprego e Formação Profissional; 2001

Concelhos como Belmonte, Covilhã, Gouveia, Manteigas e Seia apresentam um conjunto de especificidades que lhes conferem uma significativa homogeneidade, que poderá ser suporte de identificação e desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento comuns. Este estudo, elaborado para o Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEF), realiza um diagnóstico aprofundado e prospectivo da Sub-região, identificando fraquezas, mas também potencialidades e oportunidades, e avança para a proposta de um conjunto-chave de projectos estruturantes, que alinham um modelo de desenvolvimento, que poderá repor a Sub-região numa trajectória de competitividade e sustentabilidade.



Cadernos da Montanha - Peneda 1
Graça, Laura Larcher e Henrique Manuel Rita dos Santos (coordenação);
Direcção Regional de Agricultura Entre Douro e Minho; 2000

A Serra da Peneda é o objecto de análise desta publicação, que procura dar um contributo para a promoção desta serra. Os artigos da colectânea foram elaborados a partir de trabalhos realizados no âmbito do Projecto PAMAF – *Desenvolvimento Agrícola Sustentável: Metodologia e definição de critérios de intervenção em zonas de montanha*, e abordam temáticas como a investigação participada e desenvolvimento rural, as pastagens, o sistema de criação de bovinos ou o sistema alimentar do Garrano.



Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia
Cavaco, Carminda (coordenação); Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa; 1999

"O desenvolvimento rural é hoje alvo de uma atenção múltipla e cruzada". A partir deste pressuposto, esta publicação é resultado do Seminário Internacional "Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia", que teve lugar em 1999, e junta nas suas páginas as comunicações e ensinamentos dos participantes no seminário. Uma visão múltipla e abrangente, que conjuga diferentes sensibilidades, embora fique longe de esgotar as "possíveis análises, perspectivas, metodologias de intervenção ou balanços das experiências."

www.mtnforum.org



Criado em 1995, a partir da colaboração de organizações não governamentais, universidades, governos, agências multilaterais ou sector privado, o Mountain Forum é uma rede global de pessoas e organizações preocupadas com as culturas de montanha, ambiente e desenvolvimento sustentável.

Esta rede assume como objectivos providenciar um fórum para partilha de informação, mútuo suporte e apoio, e convidam indivíduos e organizações interessados em temáticas sobre a conservação e desenvolvimento sustentável da montanha, a tornarem-se membros do fórum.

O site disponibiliza mais informação acerca do Mountain Forum, indica o que fazer para se associar, permite pesquisas através das cinco redes regionais (África, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina e América do Norte) em que está organizado, além de um calendário, com notícias e iniciativas, e uma biblioteca *online*.

www.villages-de-montagne.com



Village de Montagne é uma associação fundada em 1995, com o apoio da Agência Francesa de Engenharia Turística (AFIT), Delegação de Ordenamento dos Territórios e da Acção Social (DATAR) e Serviço de Estudos e Ordenamento Turístico da Montanha (SEATM), que junta uma dúzia de aldeias situadas em quatro dos maciços montanhosos franceses: Alpes, Jura, Maciço Central e Pirinéus.

A associação visa contribuir para o desenvolvimento, gestão durável dos territórios e acolhimento de novos públicos, de forma a dinamizar as economias locais. Neste sentido, actividades e produtos dos seus membros são disponibilizados através de uma etiqueta comum: "Villages de Montagne". No site pode encontrar mais informação sobre a associação, a Carta de Qualidade, as aldeias (situação geográfica, locais onde ficar, actividades), Estadas (actividades de Inverno, Família, Gastronomia, Natureza), bem como um dossier de imprensa e contactos para a associação.

www.adesnivel.pt



A Associação de Desportos de Aventura Desnivel é uma entidade sem fins lucrativos que visa promover e desenvolver actividades desportivas de aventura associadas à natureza, excluindo os desportos motorizados.

É composta por vários sócios em áreas como: montanhismo, escalada em rocha e gelo, caiaque de águas bravas, *canyoning rafting* espeleologia e BTT, e tem como objectivo promover actividades de aventura, apostando na segurança e enquadramento ambiental das actividades.

O site disponibiliza informação sobre próximas actividades, notícias e agenda, e permite o acesso a informação detalhada sobre a

associação (com contactos, aspectos formais e escola de escalada, bem como planos de actividades da associação). Montanhismo, *Canyoning* (ou "descida de cascatas"), Artigos, Fotografia e *Links* são também itens em destaque.

Queijo Serra da Estrela

Queijos Matias

Na Carragosela, em Seia, há mais de 200 anos que os Matias estão ligados à criação de ovinos de raça Bordaleira e ao fabrico do queijo. José Matias (quarta geração), engenheiro técnico de agro-pecuária, ajudou a transformar uma pequena unidade familiar numa moderna e eficaz empresa, mantendo os elevados padrões tradicionais de produção, construindo uma marca de prestígio internacional.



Francisco Botelho

Feito a partir do leite de ovelha da raça Bordaleira da Serra da Estrela, com coagulação através do cardo e cura a temperaturas entre os seis e 12 graus e humidade entre os 85 e os 95 por cento, o Queijo Serra da Estrela define-se como de pasta semimole, com um sabor muito próprio, que reflecte as pastagens de montanha. Produtores antigos deste queijo, os Matias são os primeiros a aderir à certificação em finais dos anos 80. Nessa altura, José Matias estuda ainda por Lisboa, cursando depois agricultura em Coimbra. Quando em 1997 acaba o curso, coloca-se a si próprio a perspectiva de futuro. A decisão de se dedicar ao negócio da família vai implicar, em termos empresariais, uma completa reformulação. O efectivo ovino mais do que duplica, passando de 300 para 700 animais, prados e manejo animal são melhorados e procede-se a uma reformulação completa da queijaria, que passa então a produzir cerca de 1,5 toneladas de queijo por mês.

Dependendo nessa altura em 95 por cento da comercialização de um intermediário os Matias vêem-se, de um momento para o outro, sem distribuidor. A situação de pânico inicial, José Matias responde energicamente, assumindo a área comercial e começando a criar uma rede de comercialização própria. Com um produto de grande qualidade, consegue um primeiro grande contrato com uma grande superfície nacional e começa a estabilizar o escoamento da produção. Em 2000, a convite da ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, os queijos Matias participam num concurso internacional de Queijos de Montanha, em Grenoble. Perante cerca de 250 marcas, são contemplados com a Medalha de Ouro. Esse acaba por ser o ponto de viragem. A divulgação do facto pelos media nacionais faz disparar as vendas. Em 2001 a produção já era de 2,2 toneladas/mês.

Então, com um efectivo de cerca de 1 000 animais, José Matias depara-se com um novo

problema: a procura é superior à capacidade de produção de leite. É então que estabelece uma "parceria", como gosta de dizer, com 25 pequenos produtores da região, começando a recolher o leite das suas produções ao mesmo tempo que valoriza em 30 por cento o seu preço. "Fui buscar os bons, compensando-os economicamente". Hoje em dia, um rebanho de 700 animais próprios assegura, com a "parceria" de 25 famílias, os 600/700 litros de leite diário para produção.

Uma estratégia de comercialização

Com a sua própria experiência, José Matias aprendeu a não estar dependente no que diz respeito à comercialização do produto. Daí a diversificação de clientes que passam hoje pelos maiores super e hipermercados do país. Depois o controle da marca própria, independentemente das estratégias comerciais dos grandes grupos económicos. Os Queijos Casa Matias, Casa Matias Selecção e Quinta do Chão da Vinha são marcas controladas directamente. Mas os queijos produzidos pela unidade são também comercializados com marcas como Sabores Lusitanos e Fileira Qualidade, da responsabilidade dos grandes distribuidores. Mas, para além disso, há a preocupação de fazer chegar o Queijo Serra da Estrela aos mercados internacionais. Mercados de fácil penetração, dada a qualidade do produto. Hoje em dia, sete a oito toneladas de queijo são exportadas anualmente. "Tanto quanto se produzia quando cheguei à empresa", diz José Matias. Além da Espanha, a exportação já é feita para França, Itália, Luxemburgo, Suíça e Japão (uma pequena quantidade, comercializada a 150 dólares o quilo...). Um mercado crescente, na medida em que o queijo Serra da Estrela da Casa Matias tem continuado a receber galardões internacionais: medalha de prata em Vale de Aosta, Itália, em 2002 e duas

medalhas de prata (pasta mole e pasta dura) em Appenzell, na Suíça, em 2004. A internacionalização prossegue também no seio do Comité Internacional de Queijos de Montanha, uma associação que integra 12 cidades europeias, entre as quais a de Seia, que recebe no próximo ano o seu certame anual.

Uma nova fase desponta. A construção de uma nova unidade de produção está em fase de andamento e vai permitir a racionalização e aumento da produção. Sem alterar a qualidade de um produto tradicional, esforça-se sempre por afirmar José Matias. Mas conferindo-lhe novas dimensões como a inclusão de uma unidade museográfica que explique aos visitantes o que significa o Queijo Serra da Estrela, dos pastos à mesa, bem como a tradição da família Matias. E onde seja possível que os visitantes confeccionem o seu próprio queijo, que depois de curado lhes será entregue directamente em casa. Estratégias inovadoras de *marketing* que pretendem contribuir para a projecção da empresa mas também para a dinamização dos produtos da Serra da Estrela.

Entretanto, está já em funcionamento o Hotel Rural Quinta do Chão da Vinha, que disponibiliza 10 quartos e que começa a ser comercializado em perfeita articulação com a unidade de produção de queijos, servindo de apoio a iniciativas de relações públicas e comercialização. A tradição da família Matias mantém-se. Vestindo roupas modernas de eficácia empresarial. E garantindo que possamos usufruir, à mesa, de um paladar único e requintado como é o do Queijo Serra da Estrela.

Francisco Botelho

Queijos Matias, Lda.
Pastor e Produtor de Queijo Tradicional
Quinta do Chão da Vinha
Carragosela
6270 Seia
Tel. 238 902250
E-mail: info@quejoscasamatias.com
www.quejoscasamatias.com

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 28 | Abril 2005

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 843 58 70
Fax: 21 843 58 71
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamuross Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luis Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

Adelaçor, Adiber, ADRAT, Adril, Aadruse, Ana Souto (Dueceira), Dionisio Afonso Gonçalves (CIMO), Dueceira, Equipa PETUR (UBI), Euromontana, In Loco, José Francisco Rolo (Adiber), Marca, Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Miguel Velez (In Loco), Miguel Ventura (Adiber), Mónica Costa (Inde), Turihab

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

